UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE DE
RIBEIRÃO PRETO
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CONTROLADORIA E CONTABILIDADE

ISABELA ALVES DE MORAIS PENTEADO

Gerenciamento de impressão em relatórios de sustentabilidade no Brasil: Uma análise do uso
de gráficos

ORIENTADOR: PROF. DR. ANDRÉ CARLOS BUSANELLI DE AQUINO

RIBEIRÃO PRETO

2013

Prof. Dr. João Grandino Rodas
Reitor da Universidade de São Paulo

Prof. Dr. Sigismundo Bialoskorski Neto
Diretor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto

Prof. Dr. Vinícius Aversari Martins
Chefe do Departamento de Contabilidade

ISABELA ALVES DE MORAIS PENTEADO

Gerenciamento de impressão em relatórios de sustentabilidade no Brasil: Uma análise do uso de gráficos

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em Ciências. Versão Corrigida. A original encontra-se disponível na FEARP/USP.

ORIENTADOR: PROF. DR. ANDRÉ CARLOS BUSANELLI DE AQUINO

RIBEIRÃO PRETO

2013

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Penteado, Isabela Alves de Moraes

Gerenciamento de impressão em relatórios de sustentabilidade no Brasil: Uma análise do uso de gráficos. Ribeirão Preto, 2013.

118 p. : il. ; 30 cm

Dissertação de Mestrado, apresentada à Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto/USP. Área de concentração: Controladoria.

Orientador: Aquino, André Carlos Busanelli de

1. Gerenciamento de impressão. 2. Gráficos. 3. Relatórios de sustentabilidade. 4. Divulgações Socioambientais 5. Teoria da legitimidade

FOLHA DE APROVAÇÃO

Isabela Alves de Moraes Penteado
Gerenciamento de impressão em relatórios de sustentabilidade no Brasil: Uma análise do uso
de gráficos

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em Ciências. Versão Corrigida. A original encontra-se disponível na FEARP/USP.

Aprovada em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. André Carlos Busanelli de Aquino

Instituição: FEARP/USP

Assinatura _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura _____

**À minha mãe e às minhas avós,
por permitirem que eu as tenha como exemplo.**

AGRADECIMENTOS

Ao professor, orientador e amigo André Carlos Busanelli de Aquino, agradeço por toda atenção dedicada ao meu trabalho ao longo destes anos. Os caminhos percorridos em conjunto desde a iniciação científica foram essenciais para despertar em mim o interesse pela pesquisa e pelo conhecimento e em muito contribuíram para a minha formação e meu amadurecimento.

Aos professores Adriana Maria Procópio de Araújo, Sílvio Hiroshi Nakao, Vinícius Aversari Martins, Maurício Ribeiro do Valle, Maísa de Souza Ribeiro e Amaury José Rezende, agradeço pelo conhecimento transmitido dentro e fora da sala de aula. Às professoras Marcelle Colares de Oliveira e Yara Consuelo Cintra, agradeço pelas relevantes contribuições feitas durante o exame de qualificação.

Aos amigos e colegas de mestrado, agradeço pela convivência, pelas experiências compartilhadas e pelas enriquecedoras discussões que tivemos em inúmeras oportunidades. Em especial agradeço à Renielly Nascimento Iara, José Marcos da Silva, Rodrigo Anderson Esteves, Marcelo Yuto Nogueira Sedyama, Joyce Carolina de Oliveira Manzoli, Marco Aurélio dos Santos, Armando Dias Júnior e Silvelaine de Oliveira Guedes, por todo o carinho, por todos os conselhos e por terem se tornado tão especiais em minha vida.

Aos meus chefes Manoel de Moura Silva Filho, Sidney Roberto Ferreira e Fábio Queiroz, agradeço por me dispensarem de minhas atividades corporativas para que eu pudesse cumprir apropriadamente a carga horária acadêmica. Agradeço também aos meus colegas de equipe, Robinson Ferraz, Nelson Ramos, Juliana Anacleto, Érica Brignoli, Juliana de Mello, Carlos Sobue e Leonardo Paraíso, por serem tão compreensivos com as minhas faltas.

À minha família, agradeço pelo constante apoio às minhas escolhas, por toda a confiança que me é depositada e por se manterem tão presentes apesar de minha prolongada ausência.

Ao Eric, agradeço pelas incansáveis revisões e sugestões, pela paciência em meus momentos de dúvida e principalmente, por não ter desistido apesar de toda a minha teimosia.

“Oh dear! Oh dear! I shall be too late”

...

*“Would you tell me, please, which way I ought to go from here?
That depends a good deal on where you want to get to – said the Cat.*

I don’t much care where – said Alice.

Then, it doesn’t matter which way you go – said the Cat.

*So long as I get somewhere – Alice added as an explanation.
Oh, you’re sure to do that – said the Cat – if you only walk long enough”*

...

*“But I don’t want to go among mad people – Alice remarked.
Oh, you can’t help that – said the Cat – we’re all mad here. I’m mad. You’re mad.*

How do you know I’m mad? – said Alice.

You must be – said the Cat – or you wouldn’t have to come here.”

Lewis Carroll in Alice’s Adventures in Wonderland

RESUMO

PENTEADO, I. A. M. **Gerenciamento de impressão em relatórios de sustentabilidade no Brasil: Uma análise do uso de gráficos**. 116f. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2013.

O crescente número de empresas brasileiras que preparam e divulgam voluntariamente relatórios de sustentabilidade, bem como as motivações propostas pela Teoria da Legitimidade para a adoção dessa prática, causam questionamentos a respeito da idoneidade da informação oferecida. Dessa maneira, o presente trabalho investigou se os gráficos apresentados nos relatórios de sustentabilidade publicados por cinquenta empresas brasileiras de capital aberto foram utilizados como ferramentas para o gerenciamento de impressões, sendo manipulados de forma a melhorar a apresentação do desempenho obtido por essas organizações e auxiliar em seus processos de legitimação. A amostra final compreendeu 3.422 informações gráficas e as análises realizadas abrangeram duas formas de gerenciamento de impressões por meio do uso de gráficos abordadas na literatura: a seletividade e a distorção de medidas. Os resultados encontrados, embora explicativos, não forneceram evidências seguras de que os gráficos identificados foram empregados como ferramentas para o gerenciamento de impressão. Apesar da predominância da utilização de gráficos para a representação de notícias positivas e das distorções de medidas físicas identificadas, as evidências conduzem com maior segurança para a interpretação de que tais resultados decorrem de um despreparo e/ou desatenção dos responsáveis pela elaboração dos relatórios de sustentabilidade.

Palavras Chave: Gerenciamento de Impressão, Gráficos, Relatórios de Sustentabilidade, Divulgações Socioambientais, Teoria da Legitimidade.

ABSTRACT

PENTEADO, I. A. M. **Impression management in sustainability reports in Brazil: An analysis of the use of graphics.** 116f. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2013.

The growing number of Brazilian companies that voluntarily prepare and disclose sustainability reports, and the reasons proposed by the Legitimacy Theory for the adoption of this practice, lead to questions about the trustworthiness of the information offered. Thus, the present study investigated whether the graphs in sustainability reports published by fifty publicly traded Brazilian companies were used as tools for managing impressions, being manipulated in order to improve the presentation of the performance achieved by these organizations and assist in process of legitimation. The final sample consisted of 3,422 graphical information and the analyzes encompassed two forms of impression management through the use of graphs addressed in the literature: selectivity and measures distortion. The results, although explanatory, did not provide good evidence that the identified graphs were used as tools for managing print. Despite the prevalence of the use of graphs to represent positive news and distortions of physical measurement distortions identified, the evidence leads to more safely to the interpretation that such results derive from of a lack of both preparation and/or attention of those responsible for the preparation of sustainability reports.

Keywords: Impression Management, Graphs, Sustainability Reports, Social and Environmental Disclosures, Legitimacy Theory.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BM&FBovespa: Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo

GDI: Índice de Discrepância Gráfica

GRI: *Global Reporting Initiative*

ONU: Organização das Nações Unidas

RGDI: Índice de Discrepância Relativa de Gráfico

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Setor de Atuação das Empresas.....	81
Tabela 2 - Publicações Anteriores ao Relatório Analisado	81
Tabela 3 - Aplicação ao Modelo da <i>Global Reporting Initiative</i>	82
Tabela 4 - Aplicação ao Modelo versus Publicações Anteriores	82
Tabela 5 - Presença de Asseguração Externa do Relatório	83
Tabela 6 - Asseguração Externa versus Aplicação ao Modelo	83
Tabela 7 - Asseguração Externa versus Publicações Anteriores	83
Tabela 8 - Número de Páginas dos Relatórios Analisados	84
Tabela 9 - Número de Páginas versus Aplicação ao Modelo	84
Tabela 10 - Número de Páginas versus Publicações Anteriores	84
Tabela 11 - Número de Gráficos e Informações Gráficas	85
Tabela 12 - Informação Gráfica por Página de Relatório.....	85
Tabela 13 - Informações Gráficas por Página versus Aplicação ao Modelo.....	86
Tabela 14 - Posicionamento das Informações Gráficas.....	86
Tabela 15 - Forma Gráfica Utilizada para a Representação das Informações.....	86
Tabela 16 - Categoria das Informações Gráficas.....	87
Tabela 17 - Classificação das Informações Gráficas.....	87
Tabela 18 - Análise da Seletividade Gráfica	88
Tabela 19 - Seletividade Gráfica versus Setor de Atuação	88
Tabela 20 - Seletividade Gráfica versus Publicações Anteriores	89
Tabela 21 - Seletividade Gráfica versus Aplicação ao Modelo.....	89
Tabela 22 - Seletividade Gráfica versus Asseguração Externa	89
Tabela 23 - Seletividade Gráfica versus Posicionamento	90
Tabela 24 - Seletividade Gráfica versus Forma Gráfica.....	90
Tabela 25 - Seletividade Gráfica versus Categoria Informações	90
Tabela 26 - Classificação das Distorção de Medidas	91
Tabela 27 - Frequência de Distorção de Medidas	91
Tabela 28 - Média de Distorção de Medidas	92
Tabela 29 - Frequência Distorção de Medidas (GDI) versus Setor de Atuação.....	92
Tabela 30 - Média Distorções de Medidas (GDI) versus Setor de Atuação.....	93
Tabela 31 - Frequência Distorção de Medidas (GDI) versus Publicações Anteriores	93
Tabela 32 - Média Distorção de Medidas (GDI) versus Publicações Anteriores.....	93
Tabela 33 - Frequência Distorção de Medidas (GDI) versus Aplicação ao Modelo.....	94
Tabela 34 - Média Distorção de Medidas (GDI) versus Aplicação ao Modelo	94
Tabela 35 - Frequência Distorção de Medidas (GDI) versus Asseguração Externa	94
Tabela 36 - Média Distorção de Medidas (GDI) versus Asseguração Externa.....	95
Tabela 37 - Frequência Distorção de Medidas (GDI) versus Posicionamento.....	95
Tabela 38 - Média Distorção de Medidas (GDI) versus Posicionamento	95
Tabela 39 - Frequência Distorção de Medidas (GDI) versus Forma Gráfica.....	96
Tabela 40 - Média Distorção de Medidas (GDI) versus Forma Gráfica	96
Tabela 41 - Frequência Distorção de Medidas (GDI) versus Categoria Informações.....	96
Tabela 42 - Média Distorção de Medidas (GDI) versus Categoria Informações	96
Tabela 43 - Combinação de Práticas de Gerenciamento de Impressão (GDI)	97
Tabela 44 - Frequência Distorção de Medidas (GDI) versus Seletividade Gráfica	98
Tabela 45 - Média Distorção de Medidas versus Seletividade Gráfica.....	98

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução dos Trabalhos sobre Divulgações Ambientais.....	35
--	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Estratégias de Gerenciamento de Impressão	58
Quadro 2 - Setores de Atuação Identificados na Amostra.....	68
Quadro 3 - Classificação das Informações Gráficas.....	73
Quadro 4 - Exemplos de Resultados Favoráveis e Desfavoráveis	74
Quadro 5 - Interpretação do Índice de Discrepância Gráfica (GDI)	76
Quadro 6 - Interpretação do Índice de Discrepância Relativo de Gráficos (RGDI).....	77

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Posicionamento Teórico	47
Figura 2 - Processo de Legitimação por Meio de Gerenciamento de Impressão	59
Figura 3 - Exemplo de Seletividade	61
Figura 4 - Exemplo de Distorção de Medidas	62
Figura 5 - Exemplo de Melhora da Apresentação	64
Figura 6 - Níveis de Aplicação ao modelo da <i>Global Reporting Initiative</i>	69
Figura 7 - Gráficos e Informações Gráficas	71
Figura 8 - Tipos de Formas Gráficas	72

APÊNDICES

Apêndice 1 - Lista de Empresas Analisadas.....	117
--	-----

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	29
2. A PESQUISA SOBRE DIVULGAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS.....	35
3. TEORIA DA LEGITIMIDADE E GERENCIAMENTO DE IMPRESSÃO	45
3.1. Teorias Sociais e Políticas	45
3.2. Teoria dos <i>Stakeholders</i>	48
3.3. Teoria da Legitimidade.....	51
3.4. Legitimidade e Gerenciamento de Impressão em Relatórios Corporativos	56
3.5. Gerenciamento de Impressão em Gráficos.....	59
4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	67
4.1. Seleção da Amostra	67
4.2. Levantamento das Características dos Relatórios	68
4.3. Identificação de Gráficos e Informações Gráficas	70
4.4. Verificação da Seletividade Gráfica.....	73
4.5. Verificação da Distorção de Medidas.....	74
4.6. Tratamento dos Dados	78
5. RESULTADOS	81
5.1. Análise Descritiva dos Relatórios	81
5.2. Análise Descritiva dos Gráficos e Informações Gráficas.....	85
5.3. Análise da Seletividade Gráfica	87
5.4. Análise da Distorção de Medidas	91
5.5. Combinação de Seletividade e Distorção de Medidas	97
5.6. Discussão dos Resultados.....	98
6. CONCLUSÃO.....	105
REFERÊNCIAS.....	109
APÊNDICE 1 - LISTA DE EMPRESAS ANALISADAS.....	117

1. INTRODUÇÃO

Poucos temas têm reunido tantas áreas de interesse quanto a chamada sustentabilidade. Utilizada como sinônimo de desenvolvimento sustentável, é comumente definida como o tipo de desenvolvimento que permite a satisfação das necessidades das gerações atuais sem o comprometimento da capacidade de satisfação das necessidades de gerações futuras (ONU, 1991). Tendo sua origem ligada às ciências ambientais e à ecologia, o desenvolvimento sustentável se popularizou de maneira significativa, sendo considerado um dos principais conceitos surgidos no século anterior. Apesar da vacuidade e da falta de objetivismo existente no termo, o anseio social por um desenvolvimento sustentável é comparado a desejos coletivos mais antigos, como justiça social, paz, liberdade e igualdade (VEIGA, 2005).

De forma semelhante, no que diz respeito à sustentabilidade empresarial, é esperado que as organizações atendam às necessidades de seus atuais *stakeholders* sem o comprometimento da capacidade de atendimento às necessidades de seus futuros *stakeholders* (OLIVEIRA; BARBIERI, 2007). Nesse contexto, a utilização de recursos naturais e os impactos sociais e ambientais causados pela produção e pelo consumo de bens e serviços são fatores cada vez mais observados por todas as partes interessadas de uma organização, fazendo com que a associação da imagem corporativa a um desenvolvimento sustentável seja, além de necessária, uma questão de sobrevivência empresarial (MUELLER, 2003).

Como resposta ao interesse manifestado pela sociedade, observa-se que a divulgação de informações socioambientais corporativas é uma prática adotada de forma crescente em todo o mundo. Essa tendência pode ser confirmada pelos estudos realizados continuamente pela consultoria KPMG. Em seu relatório mais recente, divulgado no ano de 2011, a consultoria indicou que 95% das maiores empresas do mundo, de acordo com o levantamento anual da revista *Fortune*, divulgam regularmente informações a respeito de seu desempenho social e ambiental. Comparativamente, no relatório divulgado em 2008 esse percentual era de 83%, e no relatório divulgado em 2005, de aproximadamente 50% (KPMG, 2005; 2008; 2011).

A principal maneira utilizada pelas organizações para transmitir ao público interessado, informações referentes ao seu desempenho econômico, ambiental e social, são os chamados 'Relatórios de Sustentabilidade' (KPMG, 2005; 2008; 2011). Apesar de serem de caráter

voluntário em grande parte dos países do mundo e nos diversos setores da economia, o número de publicações desse tipo é significativo e crescente, sendo acompanhado diretamente pelo surgimento de metodologias para a preparação e divulgação desses relatórios de forma padronizada, como por exemplo, as diretrizes fornecidas pela *Global Reporting Initiative*. É possível avaliar a magnitude desse crescimento analisando apenas as empresas brasileiras que divulgaram relatórios de sustentabilidade de acordo com o modelo proposto pela instituição citada. Tais divulgações se iniciaram no Brasil no ano 2000, com apenas uma empresa aderindo às suas diretrizes de publicação, e já no ano de 2011 mais de 120 empresas divulgaram seus relatórios de sustentabilidade seguindo ao modelo proposto (GRI, 2012).

Cabe ressaltar, entretanto que, apesar do crescimento observado, o número total de empresas que divulgam relatórios de sustentabilidade no Brasil atualmente ainda não é expressivo. Evidência deste estágio é o fato de que apenas 53, de um total de aproximadamente 350 empresas com ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo, divulgaram relatórios de sustentabilidade segundo o modelo da Global Reporting Initiative no ano de 2011. Já os demais 69 relatórios publicados nesse mesmo ano foram preparados por empresas de capital fechado, o que torna essa relação ainda menos expressiva, uma vez que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística relaciona mais de 5 milhões de empresas formais no país.

O aumento da publicação voluntária de relatórios de sustentabilidade e as reais motivações das organizações para a divulgação de suas informações socioambientais tem sido objeto de estudo de diversos trabalhos (DEEGAN, 2002; O'DONOVAN, 2002). Embora os relatórios de sustentabilidade, por auxiliarem no processo de prestação de contas e na redução da assimetria informacional, possam ser utilizados como uma forma de aproximação entre as organizações e suas partes interessadas, há também a possibilidade de que esses sejam produzidos de forma superficial e autointeressada, apenas com a finalidade de transmitir aos seus usuários um conjunto específico de informações que garantam a aceitação social das organizações (GRAY *et al.*, 1995; DEEGAN, 2002; O'DONOVAN, 2002).

Uma possível explicação para o real interesse das organizações por esse tipo de divulgação é dada pela Teoria da Legitimidade. Essa teoria sugere uma relação de contrato social entre a organização e a sociedade na qual essa está inserida, o que a sujeita a agir dentro de limites classificados como aceitáveis (SHOCKER; SETHI, 1973). De acordo com essa perspectiva a organização procurará estabelecer congruência entre seus próprios valores e os valores

socialmente aceitos, de forma a obter legitimidade de suas partes externas e garantir a continuidade de suas operações (GRAY *et al.*, 1995). Dessa forma, como os relatórios de sustentabilidade são meios de comunicação entre as organizações e a sociedade, esses seriam produzidos com a finalidade de transmitir mensagens específicas, no sentido de alinhamento entre as expectativas corporativas e sociais (DEEGAN, 2002; O'DONOVAN, 2002).

Assim, a busca das organizações por aceitação social afetaria significativamente a escolha da forma e do conteúdo das informações apresentadas em seus relatórios de sustentabilidade. Uma vez que existe a possibilidade de que esses sejam divulgados apenas com a finalidade de apresentar a organização de forma positiva e desviar a atenção das externalidades negativas geradas por suas operações, a idoneidade dessas informações passa a ser questionável. Discute-se a possibilidade de que os relatórios de sustentabilidade sejam utilizados como ferramentas para o gerenciamento de impressões, sendo produzidos para auxiliar o processo de legitimação organizacional (DEEGAN, 2002; O'DONOVAN, 2002).

O conceito de gerenciamento de impressão se desenvolveu na psicologia social, referindo-se ao processo pelo qual os indivíduos tentam controlar suas ações, com o objetivo de moldar as impressões que os outros formam a seu respeito (LEARY; KOWALSKY, 1990). Além das análises ao nível individual, o gerenciamento de impressão pode ser entendido também como um mecanismo utilizado para controlar as impressões sobre grupos e organizações como um todo. Quando aplicado ao ambiente empresarial, o conceito vem sendo tratado como a manipulação estratégica das divulgações feitas pelas organizações com o objetivo de controlar as percepções de seus diversos *stakeholders* (MOHAMED *et al.*, 1999). Considerando o conteúdo divulgado em relatórios corporativos, os principais meios utilizados para o gerenciamento de impressão são: imagens, narrativas e gráficos (JONES, 2011a).

Quanto ao gerenciamento de impressões por meio do uso de gráficos, foco do presente trabalho, são três as formas abordadas na literatura: seletividade gráfica, distorção de medidas e melhora da apresentação. A seletividade consiste na escolha deliberada das organizações pela utilização de gráficos apenas para a representação de notícias positivas relacionadas ao seu desempenho, uma vez que essas terão destaque entre as demais. Já a distorção de medidas consiste na manipulação deliberada da forma física dos gráficos apresentados, de modo que esses não representem proporcionalmente os dados numéricos retratados. Por fim, a melhora

da apresentação consiste na ênfase ou ofuscação deliberada de um ou mais componentes do gráfico, de modo que o significado percebido seja alterado (BEATTIE; JONES, 2008).

Os trabalhos anteriores que procuraram analisar a presença de gerenciamento de impressão por meio do uso de gráficos, se concentraram predominantemente em relatórios anuais publicados por empresas localizadas em países desenvolvidos (BEATTIE; JONES, 2008). Os resultados obtidos têm fornecido evidências de que os gráficos presentes nesses relatórios são manipulados de forma a melhorar a apresentação do desempenho obtido pelas organizações (STEINBART, 1989; BEATTIE; JONES, 1992; MATHER *et al.*, 1996; BEATTIE; JONES, 1997; 1999; 2000a; 2000b; 2001; FROWNFEELTER-LOHRKE; FULKERSON, 2001; GODFREY *et al.*, 2003; BEATTIE *et al.*, 2008; MIRANDA *et al.*, 2008; NASCIMENTO, *et al.*, 2013). Embora reduzidos, os trabalhos que analisam a presença de gerenciamento de impressão em outros tipos de divulgações corporativas, como prospectos de oferta pública inicial e relatórios de sustentabilidade, obtiveram resultados semelhantes (MATHER *et al.*, 2000; JONES, 2011b; CHO *et al.*, 2012).

Diante do exposto, o presente trabalho foca nas duas primeiras formas de gerenciamento de impressões em gráficos citadas, e se propõe a responder a seguinte questão de pesquisa:

Os gráficos apresentados por empresas brasileiras em seus relatórios de sustentabilidade são utilizados como ferramentas para o gerenciamento de impressões, sendo empregados para melhorar a apresentação do desempenho dessas organizações?

Para responder a essa questão, duas verificações subsidiárias foram necessárias:

- (i) *As empresas brasileiras são seletivas na escolha dos gráficos apresentados em seus relatórios de sustentabilidade, utilizando-os para dar destaque às informações positivas relacionadas ao seu desempenho?*
- (ii) *As empresas brasileiras distorcem as medidas físicas dos gráficos apresentados em seus relatórios de sustentabilidade, de forma a melhorar a apresentação de seus resultados, potencializando notícias positivas e ofuscando notícias negativas?*

Os resultados obtidos com essa pesquisa contribuem para a literatura atual em três aspectos: (i) compõem os estudos que analisam a divulgação de informações socioambientais em países em desenvolvimento, necessidade apontada por Islam e Deegan (2007) (ii) compõem os estudos que analisam práticas de gerenciamento de impressão em relatórios não financeiros, necessidade apontada por Beattie e Jones (2008), e (iii) apresentam a forma atual como os gráficos estão sendo utilizados em relatórios corporativos, evidenciando possível necessidade de regulamentação e do aumento da atenção dedicada a esses.

O restante deste trabalho está organizado em cinco capítulos. O capítulo dois apresenta uma revisão da literatura a respeito da divulgação de informações socioambientais, passando por trabalhos que analisam as características dessas divulgações, os fatores que as afetam e as suas consequências. O capítulo 3 apresenta a teoria da legitimidade, escolhida como referencial teórico principal deste trabalho, abordando desde o seu posicionamento em relação às demais teorias utilizadas nos estudos de contabilidade social e ambiental até o seu relacionamento com o gerenciamento de impressão. O capítulo 4 apresenta os procedimentos metodológicos utilizados para verificar a presença de seletividade e distorções de medidas nos gráficos analisados. O capítulo 5 apresenta os resultados dessas verificações, a discussão desses resultados e a resposta à questão de pesquisa proposta. Por fim, o capítulo 6 apresenta as conclusões e breves sugestões para pesquisas futuras.

2. A PESQUISA SOBRE DIVULGAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS

Com o objetivo de compreender o estado atual da pesquisa empírica a respeito da divulgação de informações socioambientais, uma revisão sistemática da literatura internacional foi realizada. Para o levantamento dos trabalhos existentes utilizou-se como fonte de busca a base bibliográfica de dados do *Scopus*, no qual foram utilizadas cinco expressões chave a respeito do assunto: *Corporate Social Responsibility*, *Environmental Reporting*, *Environmental Disclosure*, *Sustainability Reporting* e *Sustainability Disclosure*. Essas expressões foram selecionadas através de leituras prévias sobre o tema, e a busca realizada abrangeu todos os anos, se limitando entretanto aos trabalhos publicados na área de ciências sociais e humanas.

A amostra inicial compreendeu 509 trabalhos, dos quais foram excluídos todos aqueles classificados como revisões, documentos de conferências, artigos no prelo, notas, editoriais, erratas, pequenos levantamentos ou indefinidos. Dos trabalhos restantes foram ainda excluídos aqueles que não tratavam explicitamente da divulgação de informações socioambientais, as revisões de literatura, os trabalhos teóricos, os históricos e os metodológicos, restando na amostra final 186 artigos empíricos. Pode-se observar que a distribuição dos trabalhos ao longo dos anos foi crescente, como demonstrado no Gráfico 1¹.

Gráfico 1 - Evolução dos Trabalhos sobre Divulgações Ambientais

Entre os artigos empíricos levantados, foram selecionados para análise, todos aqueles publicados nos cinco periódicos de contabilidade com maior número de publicação sobre o assunto, a saber: *Accounting, Organizations and Society*, *Accounting, Auditing and*

¹ A busca foi realizada em março do ano de 2012, sendo identificados apenas 3 trabalhos publicados nesse ano.

Accountability Journal, *British Accounting Review*, *Accounting Forum* e *Journal of Accounting and Public Policy*. Propõe-se que para fins de apresentação, esses trabalhos podem ser categorizados em três grandes grupos, de acordo com o foco de análise, sendo estes: (i) características das divulgações socioambientais, (ii) fatores que influenciam divulgações socioambientais e (iii) consequências das divulgações socioambientais. Parte desses trabalhos, bem como outros semelhantes publicados no Brasil são detalhados a seguir.

Os trabalhos pertencentes ao primeiro grupo, que procuram analisar as **características das informações socioambientais divulgadas**, buscam identificar a existência de viés ou padrões relacionados à forma e a quantidade dessas informações, ao seu local de divulgação ou aos principais temas abordados.

Como exemplo apresenta-se o trabalho de Niskala e Pretes (1995), onde os autores buscaram observar a variação na quantidade de informações ambientais divulgadas nos relatórios anuais de 75 empresas finlandesas em um intervalo de cinco anos (1987 e 1992). Os resultados encontrados indicaram que, enquanto no primeiro ano analisado apenas cerca de 27% das empresas da amostra apresentaram informações ambientais em seus relatórios anuais, no último ano esse percentual foi de 48%. Com relação à quantidade total de informações ambientais identificadas nos relatórios analisados, o aumento médio observado foi de aproximadamente 80%, sendo que a maioria dessas informações foi divulgada de forma qualitativa, sem qualquer indicador quantitativo ou monetário.

Já De Villiers e Van Staden (2006) realizaram um estudo longitudinal nos relatórios anuais de aproximadamente 140 empresas sul-africanas por um período de nove anos (1994 a 2002), com o objetivo de identificar o nível médio de divulgação de informações ambientais nesse tipo de publicação. Como principais resultados os autores encontraram uma redução na quantidade de informações divulgadas ao final do período analisado, sendo que essa redução foi maior em informações que fornecem indicações diretas e específicas a respeito do desempenho das organizações, sugerindo uma preferência por parte dessas pela divulgação de informações gerais e não relacionadas diretamente ao seu desempenho.

Em trabalho semelhante Mahadeo *et al.* (2011) realizaram análise de conteúdo em 165 relatórios anuais, distribuídos ao longo de quatro anos (2004 a 2007) e publicados por empresas listadas na ilha de Maurício, com o objetivo de identificar variações qualitativas e

quantitativas nas informações sociais e ambientais divulgadas nesses relatórios. Como principais resultados os autores observaram um aumento de mais de 100% na quantidade de informações divulgadas nos relatórios analisados, bem como identificaram uma preferência por parte das organizações pela divulgação de informações positivas ou neutras relacionadas ao seu desempenho, em detrimento da divulgação de informações negativas.

No Brasil, Dias (2006) analisou os relatórios de sustentabilidade publicados por oito empresas brasileira, todos elaborados de acordo com as diretrizes fornecidas pela *Global Reporting Initiative*, com o objetivo de verificar a aderência entre as informações divulgadas nesses relatórios e as informações solicitadas pelo modelo adotado. A autora identificou que alguns dos indicadores de desempenho divulgados pelas organizações apresentavam conteúdo inconsistente ao sugerido nas diretrizes, enquanto outros eram divulgados apenas parcialmente. Trabalhos semelhantes foram realizados por Castro *et al.* (2010) e Morisue *et al.* (2012), onde os resultados indicaram ainda que, os níveis de aderência declarados pelas organizações, não correspondem aos níveis de aderência realmente observados.

Por fim apresenta-se o trabalho de Jones (2011b), no qual o autor analisou os relatórios de sustentabilidade divulgados por 63 empresas do Reino Unido, com o objetivo de identificar a presença de gerenciamento de impressão nos gráficos utilizados para a representação de informações sociais e ambientais. Os resultados encontrados indicaram uma preferência por parte das empresas analisadas pela utilização de gráficos para dar destaque a informações positivas relacionadas ao seu desempenho, em detrimento de sua utilização para a retratação de notícias negativas. Adicionalmente foi identificada a presença de distorção de medidas nos gráficos analisados, utilizadas na maior parte dos casos para melhorar a apresentação do desempenho retratado, destacando boas notícias ou ofuscando más notícias.

Os trabalhos pertencentes ao segundo grupo procuram identificar **fatores que influenciam a divulgação de informações socioambientais**, seja em relação à sua existência ou não, ou em relação à quantidade e a qualidade das divulgações existentes, inclusive em relação à presença e à extensão de viés nessas divulgações. Podem ser divididos em dois outros subgrupos, de acordo com os fatores e características que analisam, sendo estes: (i) fatores internos, como por exemplo, desempenho financeiro ou desempenho ambiental, e (ii) fatores externos, como por exemplo, país de localização ou pressão exercida pelos *stakeholders*.

Dentre os trabalhos que consideram os impactos de fatores internos, é comum a comparação entre desempenho ambiental e divulgação ambiental. Como exemplo apresenta-se o estudo de Wiseman (1982), onde a autora analisou as informações ambientais divulgadas nos relatórios anuais de 26 empresas norte americanas e as relacionou com o desempenho ambiental efetivamente obtido por essas empresas. Os resultados encontrados não indicaram nenhuma relação entre o desempenho ambiental das organizações e a extensão das divulgações ambientais em seus relatórios anuais. Adicionalmente, foi observado que, de acordo com os critérios definidos, as informações ambientais apresentadas foram incompletas e insuficientes para a compreensão adequada do desempenho ambiental das organizações.

Na mesma linha, Patten (2002) procurou observar a relação entre as divulgações ambientais presentes em 131 relatórios anuais de empresas norte americanas e o nível de emissão de gases tóxicos dessas empresas. O autor identificou uma relação negativa entre o desempenho ambiental e a divulgação ambiental, encontrando que quanto maior o nível de emissão de gases tóxicos de uma organização, maior a extensão de informações ambientais divulgadas em seus relatórios anuais. Adicionalmente, foi observado que essa relação é mais acentuada em empresas pertencentes a setores não ambientalmente sensíveis, justificada pelo fato de que empresas pertencentes a setores com maior sensibilidade ambiental divulgam naturalmente uma quantidade maior de informações ambientais em seus relatórios anuais.

Resultados distintos foram encontrados no trabalho de Clarkson *et al.* (2008), onde os autores analisaram as divulgações ambientais presentes nos relatórios de sustentabilidade e *websites* de 191 empresas norte americanas e as relacionaram com dois distintos indicadores de desempenho ambiental: o nível de emissão de gases tóxicos e o percentual de resíduos tóxicos tratados ou reciclados por essas empresas. Os resultados obtidos indicaram uma associação positiva entre o desempenho ambiental e a divulgação ambiental, encontrando que quanto menor a emissão de gases tóxicos e maior o percentual de reciclagem e tratamento de resíduos tóxicos, maior a extensão de informações ambientais divulgadas pelas organizações.

Ampliando as análises anteriores, prioritariamente quantitativas, e procurando compreender a relação entre o desempenho ambiental de uma organização e a presença de gerenciamento de impressão no discurso utilizado para a apresentação de suas informações ambientais, Cho *et al.* (2010) analisaram os relatórios anuais de 190 empresas americanas. Como principais resultados os autores encontraram a utilização de uma linguagem otimista e pouca assertiva

para a apresentação do desempenho ambiental das empresas analisadas, relacionada ao objetivo dessas de ofuscar seus resultados negativos e ressaltar seus resultados positivos. Adicionalmente, observaram que esse tipo de manipulação da linguagem era mais acentuada em organizações com baixo desempenho ambiental.

Já Haniffa e Cooke (2005), saindo da comparação com o desempenho ambiental, analisaram as informações sociais e ambientais apresentadas nos relatórios anuais de aproximadamente 140 empresas da Malásia, com o objetivo de identificar a influência que a cultura organizacional e a estrutura de governança corporativa possuem sobre a quantidade de informação divulgada nesses relatórios. Como principais resultados os autores identificaram significativa influência de fatores como a origem étnica dos administradores e acionistas, a composição do conselho administrativo, a estrutura hierárquica da organização e outras variáveis de controle como tamanho, rentabilidade e setor de atuação.

Por fim, apresenta-se o trabalho de Gao *et al.* (2005), no qual os autores buscaram identificar a influência de fatores como o tamanho e o setor de atuação das organizações sobre a quantidade de informações sociais e ambientais divulgadas nos relatórios anuais de 33 empresas de Hong Kong, publicados nos anos de 1993 à 1997. Os resultados obtidos indicaram que, enquanto o tamanho da empresa influencia a quantidade de informações sociais e ambientais divulgadas em seus relatórios anuais, o setor de atuação dessas possui uma influencia mais ampla, impactando não apenas a quantidade de informações divulgadas, mas também os temas abordados e a localização dessas informações nos relatórios anuais.

Dentre os trabalhos que consideram os impactos de fatores externos, apresenta-se como exemplo o estudo de Buhr e Freedman (2001), onde os autores realizaram uma comparação entre a evolução das informações ambientais divulgadas por 136 empresas localizadas nos Estados Unidos e no Canadá, com o objetivo de analisar a influência da cultura e do ambiente institucional no qual as organizações estão inseridas sobre a motivação dessas para a divulgação de informações ambientais, obrigatórias e voluntárias. Como principais resultados, identificaram um crescimento superior na quantidade de informações ambientais divulgadas por empresas canadenses, quando comparado ao crescimento observado nas empresas norte americanas. Adicionalmente, observaram que as empresas localizadas no Canadá divulgaram uma quantidade maior de informações voluntárias, enquanto as empresas localizadas nos Estados Unidos tiveram destaque na divulgação de informações ambientais obrigatórias.

Em trabalho semelhante, Holland e Fo (2003) realizaram uma comparação entre as informações ambientais divulgadas por 37 empresas localizadas nos Estados Unidos e no Reino Unido, com o objetivo de analisar se o ambiente legal e regulatório no qual as organizações estão inseridas influenciam no tipo e na forma das informações ambientais divulgadas por essas. Os autores observaram que a ênfase dada a determinados tipos de informações ambientais varia em função do ambiente regulatório ao qual a organização está submetida, sendo justificada pelo fato de que esse ambiente determina o modo de atuação ambiental das organizações e consequentemente as informações a serem priorizadas. Adicionalmente foi observado que as empresas localizadas no Reino Unido produziram em maior proporção, relatórios ambientais separados de seus relatórios anuais.

Já Aerts *et al.* (2006) verificaram a forma como as divulgações ambientais de uma determinada empresa são influenciadas por divulgações ambientais de empresas pertencentes ao mesmo setor econômico, sugerindo a existência de um efeito mimético entre essas. Para tanto, os autores analisaram as divulgações ambientais de empresas localizadas no Canadá, na França e na Alemanha por um período de seis anos (1992 à 1997). Os resultados indicaram que as divulgações ambientais sofrem mais influência de efeitos miméticos quando as organizações estão inseridas em ambientes onde os padrões de conformidade são mais rígidos ou os setores econômicos muito concentrados. Adicionalmente, foi observado que as divulgações ambientais sofrem menos influência de efeitos miméticos quando as organizações possuem maior exposição à mídia ou maior dependência de recursos financeiros.

Procurando identificar os fatores externos que influenciam a divulgação social e ambiental nos casos de países em desenvolvimento, Islam e Deegan (2007) realizaram um estudo de caso, por meio de entrevistas e análise de relatórios anuais, em uma empresa localizada em Bangladesh. Os autores identificaram que a divulgação de informações sociais e ambientais por parte da empresa analisada respondeu diretamente à pressão exercida por seus *stakeholders* e percebida por seus gestores, considerando inclusive que caso essa pressão não fosse exercida, haveria pouca ou nenhuma divulgação. Os resultados sugeriram que as motivações para a inclusão voluntária de informações sociais e ambientais nos relatórios anuais da empresa analisada estariam mais relacionadas à questões de sobrevivência do que à tentativas reais de aumento de responsabilidade social.

Por fim, apresenta-se o trabalho de Cho *et al.* (2012), no qual os autores analisaram os relatórios de sustentabilidade divulgados por 120 empresas localizadas em seis diferentes países, com o objetivo de compreender se a utilização de gráficos para a representação de informações sociais e ambientais difere em função da estrutura regulatória à qual a organização está submetida. Os resultados obtidos indicaram que, apesar da substancial evidência de práticas de gerenciamento de impressão encontradas em todos os relatórios analisados, a associação dessa evidência ao país no qual a organização está inserida é pouco significativa, indicando de forma limitada que empresas localizadas em países com regulação de divulgação menos restritiva estão mais sujeitas a manipulação dos gráficos apresentados.

Os trabalhos pertencentes ao terceiro grupo procuram identificar **as consequências da divulgação de informações socioambientais**, sejam essas relacionadas à quantidade ou a qualidade das divulgações existentes, considerando inclusive à presença e à extensão de vies nessas divulgações. Os trabalhos classificados nesse grupo também podem ser divididos em dois outros subgrupos, de acordo com as consequências que analisam, sendo estas: (i) consequências de caráter financeiro, e (ii) consequências de caráter não financeiro.

Dentre os trabalhos que consideram consequências de caráter financeiro, é comum a comparação entre a divulgação de informações socioambientais de uma organização e a variação no preço de mercado de suas ações. Como exemplo apresenta-se o estudo de Murray *et al.* (2006), no qual os autores analisaram os relatórios de empresas localizadas no Reino Unido, ao longo de dez anos. Os resultados obtidos não indicaram associação direta entre a divulgação socioambiental e o preço das ações em um determinado período, sugerindo que os investidores sejam mais sensíveis a outros tipos de informação. Entretanto, observou-se que empresas que possuíam consistentemente um maior nível de divulgação, também possuíam consistentemente retornos mais elevados do que aquelas com baixo nível de divulgação.

No Brasil, Murcia *et al.* (2011) partindo da premissa de que uma das formas de diminuir o risco existente no mercado de capitais é através da divulgação de informações mais completas, procuraram avaliar se o volume de informações socioambientais divulgadas nas demonstrações financeiras padronizadas de uma organização impacta a volatilidade das ações dessa organização. Os autores encontraram evidências de que, apesar do nível total de informações divulgadas pelas organizações em suas demonstrações financeiras ter impacto

sobre a volatilidade de suas ações, quando considerado apenas o conjunto de informações socioambientais nenhum efeito significativo foi identificado.

Já Holm e Rikhardsson (2008) realizaram um experimento com um grupo de 98 investidores de diferentes idades e níveis de experiência, com o objetivo de identificar a forma como a divulgação de informações ambientais afeta decisões de investimento. Para tanto, foram fornecidos um conjunto de informações a respeito de duas empresas, entre as quais os participantes deveriam dividir o dinheiro disponível, sendo que para apenas uma delas estavam disponíveis informações ambientais. Os resultados obtidos sugerem que a divulgação de informações ambientais afeta as decisões de alocação de investimentos. Essa observação é consistente, tanto para investimentos de curto prazo quanto para investimentos de longo prazo, independente do nível de experiência dos investidores.

Por fim, Campbell e Slack (2011) procuraram avaliar a utilidade das informações ambientais divulgadas em relatórios anuais para o processo de avaliação de risco realizada por instituições financeiras. Por meio de entrevistas com 19 analistas de risco do Reino Unido, os autores procuram identificar a materialidade da comunicação ambiental e a importância percebida dos riscos ambientais no momento de formação do perfil de risco de uma organização. Os resultados encontrados demonstraram que, entre os analistas das instituições entrevistadas, é incomum a consideração de informações de caráter ambiental durante o processo de definição de risco financeiro, sendo as narrativas ambientais apresentadas nos relatórios anuais ignoradas e consideradas superficiais e irrelevantes.

Dentre os trabalhos que consideram consequências de caráter não financeiro, apresenta-se como exemplo o estudo de Hasseldine *et al.* (2004), no qual os autores avaliaram os efeitos da quantidade e da qualidade da divulgação de informações ambientais sobre a reputação ambiental de organizações do Reino Unido. Os resultados encontrados forneceram evidências de que empresas com maior nível de divulgação ambiental e com divulgação de melhor qualidade, em geral receberam maior reconhecimento por parte de executivos seniores e analistas de investimentos atuantes no mercado. Adicionalmente, foi observado que o impacto que a qualidade da informação divulgada possui sobre a criação da reputação organizacional é superior ao impacto da quantidade de informação divulgada.

Já Aerts e Cormier (2009) analisaram a forma como a divulgação de informações ambientais auxilia no processo de legitimação de organizações do Canadá e dos Estados Unidos. Considerando como medida de legitimidade, uma função da quantidade de informações ambientais positivas veiculadas na mídia a respeito de uma determinada organização, os autores encontraram evidências de que a legitimidade ambiental de uma empresa é positivamente associada com a quantidade de informações ambientais divulgadas em seus relatórios anuais e com a quantidade de informações ambientais reativas divulgadas por essa na imprensa. Foi observado também que a veiculação de notícias negativas pela mídia atua como um direcionador para a divulgação de informações ambientais por parte da empresa.

Por fim, Annandale *et al.* (2004) procuraram identificar a forma como a divulgação voluntária de informações ambientais interfere no desempenho ambiental das organizações. Para tanto, os autores entrevistaram os representantes de quarenta empresas australianas, e os resultados obtidos indicaram que esses parecem entender a divulgação de informações ambientais como em exercício de relações públicas e uma ferramenta para a manutenção de uma consciência social, sendo baixo o impacto percebido sobre o desempenho ambiental das organizações.

Resumindo algumas das características dos trabalhos analisados, pôde-se observar a utilização de diferentes teorias para a sustentação das hipóteses e resultados apresentados, havendo entretanto um predomínio de teorias sociais e políticas, em especial a teoria da legitimidade. Com relação ao método de pesquisa empregado e à amostra utilizada, pode-se observar um grande número de análises de conteúdo, independente da categoria na qual o trabalho tenha sido classificado, sendo essas realizadas grande parte das vezes em amostras situadas em países desenvolvidos, principalmente nos Estados Unidos, no Reino Unido e no Canadá. Ainda que a amostra dos trabalhos analisados esteja restrita a realidade apresentada em grandes periódicos internacionais de contabilidade, observa-se que as características mencionadas são observadas também nos trabalhos publicados no Brasil.

Sugere-se que a preferência pela utilização da teoria da legitimidade como plataforma teórica se dá ao fato de que grande parte desses trabalhos procuram identificar vieses associados à divulgação de informações socioambientais, sendo a abordagem adotada por essa teoria uma das mais apropriadas para tanto, como demonstrado com mais detalhes no próximo capítulo. Já a predominância da análise de organizações situadas nos Estados Unidos, Reino Unido e Canadá, pode ser explicada em parte pela restrição aos trabalhos publicados em apenas cinco

periódicos de língua inglesa. Entretanto, os poucos trabalhos identificados que abordavam realidades institucionais distintas, como por exemplo Haniffa e Cooke (2005) e Islam e Deegan (2007), também alertaram para a carência de pesquisas sobre o tema em países em desenvolvimento. Na busca realizada no *Scopus* não foram identificados trabalhos brasileiros.

3. TEORIA DA LEGITIMIDADE E GERENCIAMENTO DE IMPRESSÃO

3.1. Teorias Sociais e Políticas

A pesquisa na área de contabilidade social e ambiental, assim como em outras áreas da contabilidade, possui um grande número de abordagens possíveis. Dessa forma, é coerente a observação de que os trabalhos empíricos que investigam a divulgação de informações socioambientais não se baseiam em um quadro conceitual único para a interpretação de seus resultados. Gray *et al.* (1995) associam essa diversidade de teorias à ausência de respostas conclusivas para o tema e propõem a categorização desses trabalhos em três grandes grupos, de acordo com o contexto teórico em que se encaixam: (i) baseados na utilidade para tomada de decisão, (ii) baseados em teorias econômicas e (iii) baseados em teorias sociais e políticas.

Os trabalhos pertencentes ao primeiro grupo, baseados na utilidade da informação para a tomada de decisão, procuram captar a relevância das informações socioambientais para os participantes do mercado financeiro. Consideram que o interesse das organizações em divulgar seu desempenho socioambiental está principalmente relacionado à possibilidade de influenciar as decisões de seus diversos investidores. Já os trabalhos pertencentes ao segundo grupo, baseados em teorias econômicas, fundamentam-se em pressupostos como a existência de mercados perfeitos e a necessidade de maximização de riqueza. Entendem as divulgações de informações socioambientais como respostas às forças de mercado que direcionam o comportamento das organizações (GRAY *et al.*, 1995).

Apesar do papel que esses trabalhos desempenham, ao levantar a relevância da comunicação de fatores não econômicos, a utilização dessas abordagens tem sido considerada insuficiente para o entendimento completo a respeito do tema, principalmente pelo foco exclusivo em comportamentos financeiros. Ainda que os pressupostos das teorias econômicas sejam importantes para o entendimento das fontes de motivação para a divulgação de informações socioambientais, acredita-se que fatores sociais e políticos também devam ser considerados no funcionamento das organizações (GRAY *et al.*, 1995).

Nesse contexto se encaixam os trabalhos pertencentes ao terceiro grupo, baseados em teorias sociais e políticas, frequentemente utilizadas nos estudos de responsabilidade social

empresarial. Essas teorias têm sido consideradas como as mais completas e apropriadas para o tema, sendo empregadas de forma bem sucedida nas discussões a respeito de divulgações socioambientais (GRAY *et al.*, 1995; DEEGAN, 2002). Essa abordagem reconhece a relevância das relações de poder existentes na sociedade e entende as divulgações socioambientais como documentos sociais, políticos e econômicos, utilizados para a construção e manutenção de arranjos não apenas econômicos, mas também políticos, institucionais e ideológicos de uma organização (GUTHRIE; PARKER, 1990).

Para melhor entendimento, Gray *et al.* (1995) propõem ainda a subdivisão das teorias sociais e políticas em dois outros grupos: (i) derivadas da economia política clássica e, (ii) derivadas da economia política burguesa. As teorias derivadas da economia política clássica baseiam-se nos trabalhos de Karl Marx e focam-se em questões como a existência de interesses de classes, desigualdades estruturais e conflitos dentro de uma sociedade. Os trabalhos baseados nessas teorias consideraram as divulgações socioambientais como um meio de manter a posição privilegiada daqueles que controlam os recursos escassos em detrimento daqueles que não têm acesso ao capital. Em contraste, as teorias derivadas da economia política burguesa são geralmente associadas aos trabalhos de John Stuart Mill e apresentam uma visão essencialmente pluralista do mundo, concentrando-se nas interações entre os diversos grupos existentes em uma sociedade, sem reconhecimento explícito da existência de grupos particularmente poderosos e conflitos estruturais (GRAY *et al.*, 1995; DEEGAN, 2002).

São consideradas como derivadas da economia política burguesa, a teoria dos *stakeholders* e a teoria da legitimidade, ambas dominantes nos estudos relacionados a divulgações socioambientais. Gray *et al.* (1995) entendem que as duas teorias tratam da mesma questão, porém sob perspectivas diferentes, não devendo ser tratadas como concorrentes, mas como complementares.

Na teoria dos *stakeholders* o mundo é visto a partir do ponto de vista da gestão de uma organização preocupada estrategicamente com o seu sucesso contínuo. Essa perspectiva reconhece a existência de relações dinâmicas entre a organização e as partes interessadas que com ela se relacionam. Considera que a continuidade de uma organização depende do apoio de seus diversos *stakeholders*, devendo os seus esforços e atividades ser direcionados para obtenção desse apoio (GRAY *et al.*, 1995). Dessa forma, as divulgações socioambientais são

entendidas como uma forma de comunicação entre a organização e os grupos com os quais essa interage (DONALDSON; PRESTON, 1995; MITCHELL *et al.*, 1997).

Adicionando-se a essa perspectiva a ideia de que a organização pode vir a querer gerenciar estrategicamente os seus *stakeholders* com a finalidade de obter legitimação, chega-se ao ponto central da teoria da legitimidade (CINTRA, 2011). Essa teoria sugere uma relação de contrato social entre a organização e a sociedade na qual essa está inserida, o que a sujeita a agir dentro de limites classificados como aceitáveis (SHOCKER; SETHI, 1973). De acordo com essa visão, a organização procurará estabelecer congruência entre seus próprios valores e aqueles socialmente aceitos, de forma a ser legitimada e garantir a continuidade de suas operações (GRAY *et al.*, 1995). Dessa forma, as divulgações socioambientais podem ser entendidas como instrumentos para transmissão de informação e significados, sendo utilizadas para a obtenção de legitimidade (DEEGAN, 2002; O'DONOVAN, 2002).

Ambas as teorias tratam a organização como parte de um sistema social amplo. A teoria dos *stakeholders* reconhece a existência de diferentes grupos dos quais a organização deve obter aceitação, em maior ou menor grau, focando-se no gerenciamento do relacionamento com tais grupos e na influência que esses possuem sobre a organização e a decisão das informações a serem divulgadas. Já a teoria da legitimidade trabalha com a interação entre a organização e a sociedade como um todo, focando-se na informação divulgada e nos significados que a organização pretende transmitir por meio dessa, sendo mais apropriada aos objetivos deste trabalho. Um resumo do posicionamento teórico pode ser observado na Figura 1.

Fonte: Baseado em Cintra (2011).

Como as duas teorias fornecem contribuições significativas aos estudos de divulgações socioambientais, será feita uma breve apresentação dos principais pontos a respeito da teoria dos *stakeholders*. O detalhamento e a discussão da teoria da legitimidade, escolhida como referencial teórico principal para a sustentação das hipóteses apresentadas, bem como a apresentação de sua relação com o gerenciamento de impressões, serão feitos na sequência.

3.2. Teoria dos *Stakeholders*

A teoria dos *stakeholders* pode ser entendida como um conjunto de abordagens que destacam a importância das organizações se empenharem em atender aos interesses e necessidades de todas as suas partes interessadas, uma vez que o seu sucesso de longo prazo depende da aprovação e do apoio dessas (GRAY *et al.*, 1995). Sob a perspectiva dessa teoria, uma vez que os *stakeholders* são identificados, caberá à organização definir a complexidade da relação existente com cada um deles, selecionar as atividades e direcionar os recursos necessários para a obtenção dos benefícios decorrentes de sua aceitação.

O processo de identificação dos grupos que requerem a atenção da organização pode ser considerado uma das questões centrais da teoria dos *stakeholders*, estando intimamente relacionado ao significado adotado para o termo (MITCHELL *et al.*, 1997). Uma definição comumente utilizada na literatura caracteriza, de forma ampla, um *stakeholder* como qualquer grupo ou indivíduo que pode afetar ou ser afetado pela consecução dos objetivos de uma organização (FREEMAN, 1984). Entretanto, é possível encontrar também definições mais restritas, nas quais são considerados como *stakeholders* apenas grupos vitais para a sobrevivência e o sucesso de uma organização (FREEMAN *et al.*, 2004). A principal diferença entre conceituações restritas e amplas está no fato de que, enquanto as primeiras procuram definir grupos relevantes em função dos principais interesses econômicos das organizações, as segundas entendem que essas podem afetar e serem afetadas por quase tudo e todos (MITCHELL *et al.*, 1997).

Para melhor entendimento, Donaldson e Preston (1995) sugerem a divisão da literatura baseada na teoria dos *stakeholders* em três grupos distintos, de acordo com a abordagem utilizada: (i) descritivo, onde se concentram os trabalhos que procuram entender o relacionamento entre as organizações e seus *stakeholders* (ii) instrumental, destinado aos

trabalhos que procuram avaliar o impacto desse relacionamento nos objetivos das organizações e (iii) normativo, com trabalhos que procuram definir a responsabilidade das organizações perante seus *stakeholders*.

Os grupos descritivo e instrumental utilizam a teoria de forma analítica. Um exemplo dessa forma de utilização pode ser observado no trabalho de Clarkson (1995). Ao avaliar o relacionamento entre as organizações e suas partes interessadas, o autor identifica que são priorizados pelas organizações os interesses de seus *stakeholders* primários em detrimento dos interesses de seus *stakeholders* secundários. Como primários são entendidos todos aqueles *stakeholders* com os quais a organização possui relacionamento direto e alto grau de dependência, sendo necessários para a consecução de seus objetivos e para a manutenção de sua existência no longo prazo. Já como secundários são entendidos todos aqueles *stakeholders* com os quais a organização possui relacionamento indireto, não sendo necessários para a sua sobrevivência, mas capazes de influenciar a opinião pública a seu respeito.

Outro exemplo de trabalho que utiliza a teoria de forma analítica é o de Carroll (1991). Também avaliando o relacionamento entre as organizações e suas partes interessadas, o autor propõe que os interesses dos *stakeholders* são priorizados de acordo com dois critérios: (i) legitimidade, ou seja, a forma como o interesse de um determinado grupo é justificável, e (ii) poder, ou seja, a influência que esse determinado grupo possui sobre a organização. Mitchell *et al.* (1997), acrescentam ainda um terceiro critério de priorização, o da urgência, ou seja, a velocidade com que o interesse precisa ser atendido. Os autores ressaltam ainda, o fato de que esses critérios são realidades socialmente construídas, e portanto são variáveis e não fixos.

Já a utilização da teoria de forma normativa está ligada a definição de valores e princípios morais. Um exemplo dessa forma de utilização pode ser observado no trabalho de Freeman (1984). O autor entende o relacionamento entre as organizações e seus *stakeholders* como uma prática gerencial e defende que os processos devem ser formulados e implantados de modo a satisfazer apenas aqueles grupos que suportam o negócio, como forma estratégica de garantir o sucesso de longo prazo da organização. Esse modelo de gerenciamento de *stakeholders* é posteriormente estendido na literatura, que passa a entender o relacionamento entre as organizações e suas partes interessadas como compromissos morais. Nessa visão, cada organização deve definir princípios fundamentais que serão a base para a tomada de

decisão, não devendo ignorar o interesse de alguns grupos de *stakeholders* apenas por que esses não atendem aos seus interesses estratégicos (DONALDSON; PRESTON, 1995).

As principais críticas em relação à teoria dos *stakeholders* estão relacionadas à sua dificuldade de operacionalização, como por exemplo, a identificação das partes interessadas e seus interesses, e a classificação da relevância dessas para as organizações. Sternberg (1999) argumenta que determinar que a organização seja responsável por múltiplos interesses dificulta o estabelecimento de objetivos claros e relevantes, uma vez que cada *stakeholder* determinaria como prioritários os seus próprios interesses, gerando uma situação de conflito que poderia ser prejudicial ao desempenho de longo prazo da organização.

Outras críticas em relação à teoria estão ligadas a sua incompatibilidade com a governança corporativa e a sua negação aos direitos de propriedade. Sternberg (1999) argumenta que é diferente reconhecer que a organização afeta um grupo específico de *stakeholders*, e determinar que a organização passe a ser responsável por esse grupo. Para a autora, os acionistas são os mais afetados pelo desempenho da organização, pois são quem de fato assumem o risco residual. Considerar o interesse de múltiplos *stakeholders* negaria o dever de lealdade dos agentes para com os principais, dado que esses seriam responsáveis pelos interesses de todas as partes interessadas. Além do mais, tais considerações, tiraria dos proprietários do capital o direito de determinar para quais fins sua propriedade deve ser usada.

De acordo com a visão da teoria dos *stakeholders*, a divulgação de informações socioambientais pode ser entendida como uma forma de atendimento às necessidades das partes interessadas de uma organização, e o fornecimento dessas informações pode ser considerado um elemento importante empregado para a obtenção do apoio e aprovação necessários à continuidade do negócio. Considerando que as organizações possuem recursos limitados para empregar no atendimento às suas diversas demandas informacionais, essas deverão analisar e priorizar os grupos de *stakeholders* que terão suas necessidades atendidas, considerando que só receberão o apoio e aprovação das partes interessadas cujas necessidades forem supridas. Assim, a complexidade do relacionamento entre as organizações e seus diversos *stakeholders* seria um possível fator determinante para a escolha das informações socioambientais divulgadas em seus relatórios corporativos.

3.3. Teoria da Legitimidade

De forma semelhante à teoria dos *stakeholders*, a teoria da legitimidade reconhece a interação da organização com suas partes interessadas e a necessidade de obtenção do apoio e da aprovação dessas para a continuidade de suas operações. Entretanto, o foco dessa teoria não está na identificação das partes interessadas de uma organização, ou na definição dos critérios de priorização no atendimento aos interesses de seus *stakeholders*. De maneira complementar, a teoria da legitimidade foca-se no modo como a organização se apresenta para a sociedade onde atua e na forma como é percebida por essa sociedade, concentrando-se no papel da comunicação corporativa como ferramenta para alteração dessa percepção (DEEGAN, 2002).

A teoria da legitimidade se baseia na existência de um contrato social entre a organização e os membros da sociedade na qual essa está inserida. Tal contrato define um conjunto de expectativas implícitas e explícitas a respeito da forma como a organização deve operar, sendo sua continuidade condicionada à entrega de algum fim desejado socialmente e à distribuição de benefícios econômicos, sociais e políticos (SHOCKER; SETHI, 1973). De acordo com essa abordagem, as organizações não possuem qualquer direito intrínseco de existência. Os recursos necessários para garantir o funcionamento de suas operações são disponibilizados pela sociedade, como uma espécie de licença para operação à medida que essas organizações sejam reconhecidas como legítimas (DEEGAN, 2002).

Uma definição comumente utilizada para o termo legitimidade a coloca como a condição existente quando o sistema de valores de uma organização é congruente com o sistema de valores da sociedade na qual essa está inserida (LINDBLOM, 1994; SUCHMAN, 1995; DEEGAN, 2002). Um ponto importante é o fato de que a legitimidade depende da opinião coletiva, e independe de opiniões individuais, de forma que dizer que determinado comportamento é legítimo, implica em assumir que um grupo de observadores aceita e apoia esse comportamento. Assim, pode ser entendido que uma organização é reconhecida como legítima à medida que haja a percepção geral ou a suposição de que as suas ações são desejáveis, adequadas e apropriadas às normas, crenças, valores e definições socialmente compartilhadas (LINDBLOM, 1994; SUCHMAN, 1995; DEEGAN, 2002).

De acordo com a teoria, caso a sociedade não esteja satisfeita com a forma como uma organização está operando, ou caso seja percebida alguma violação ao contrato social

anteriormente estabelecido, sua licença para operação poderá ser revogada, impedindo assim que essa organização continue com as suas operações (LINDBLOM, 1994). Essa revogação pode ser operacionalizada, por exemplo, pela eliminação de suas fontes de financiamento, pela introdução de novas leis que dificultem as suas operações ou pela redução da demanda por seus produtos. Sob essa perspectiva, a legitimidade pode ser entendida como um dos recursos necessários para a sobrevivência das organizações, e essas deverão buscar o seu abastecimento contínuo. Quaisquer divergências percebidas entre o sistema de valores corporativo e o sistema de valores social, pode ser entendida como uma ameaça à legitimidade da organização (DEEGAN, 2002; O'DONOVAN, 2002).

O fato de que algumas das expectativas sociais se mantêm implícitas, ou seja, não se tornam leis ou obrigações formais, pode impedir que a organização entenda de maneira precisa qual o comportamento esperado pela sociedade, dificultando o seu reconhecimento como legítima (LINDBLOM, 1994; SUCHMAN, 1995; DEEGAN, 2002). Além disso, o conjunto de expectativas socialmente compartilhadas não é constante, de forma que eventuais alterações nesse podem resultar na perda de uma legitimidade anteriormente obtida (SHOCKER; SETHI, 1973). Dessa forma, as ameaças ao estado de legitimidade podem surgir, por exemplo, como consequência de uma alteração nas atividades da organização enquanto as expectativas da sociedade se mantêm constantes. Podem surgir também como consequência da manutenção das atividades da organização enquanto as expectativas da sociedade são alteradas. Por fim, podem surgir ainda em virtude de uma alteração tanto das atividades da organização quanto das expectativas da sociedade, porém em direções ou tempos diferentes (WARTICK; MAHON, 1994).

A teoria prediz que em situações nas quais as organizações percebem algum tipo de ameaça ao seu estado de legitimidade, essas adotam estratégias corretivas para garantir o alinhamento entre suas atividades e os termos definidos no contrato social (DEEGAN, 2002). Entretanto, a questão chave a respeito do conceito da legitimidade é o fato dessa ser baseado em percepções, o que implica que qualquer estratégia adotada pelas organizações deverá ser divulgada para suas partes externas. A informação é considerada um fator fundamental para a alteração das percepções, de forma que uma estratégia corretiva não divulgada não poderá ser eficaz. Assim, a política de divulgação adotada pelas organizações pode ser entendida como uma ferramenta pela qual essas influenciam a opinião que a sociedade possui a seu respeito (MERKYL-DAVIES; BRENNAN, 2007).

Por se originar da percepção dos observadores de uma organização, a legitimidade apesar de objetivamente possuída, é subjetivamente construída. Assim, as atividades de uma organização podem se desviar dos valores socialmente compartilhados e ainda assim a organização manter-se legítima, caso esse desvio não seja percebido (SUCHMAN, 1995). Um exemplo a respeito da importância da aparência para fins de legitimação é dado por Meyer e Scott (1983). Os autores declaram que, considerando-se a percepção da sociedade, as organizações que possuem produtos e atividades que verdadeiramente envenenam as pessoas podem sofrer menos ameaças a sua legitimidade do que as organizações que possuem produtos e atividades apontados por autoridades médicas e científicas como potencialmente capazes de causar envenenamento às pessoas.

Com relação às estratégias adotadas pelas organizações para garantir o alinhamento de seus valores corporativos aos valores sociais e, conseqüentemente a legitimidade de suas operações, Dowling e Pfeffer (1975) levantam três possíveis opções: (i) alterar as suas atividades para que essas estejam em conformidade com os valores socialmente compartilhados, (ii) alterar, por meio da comunicação, os valores socialmente compartilhados, para que esses estejam em conformidade com as suas atividades atuais, ou (iii) associar a sua imagem, também por meio da comunicação, a símbolos, valores e instituições que possuem uma forte base já legitimada. Adicionalmente, Lindblom (1994) propõe outras duas possíveis estratégias para obtenção de legitimidade: (i) alterar, por meio da comunicação, a percepção que a sociedade tem a respeito de suas atividades, sem no entanto alterar essas atividades de fato, e (ii) manipular a percepção da sociedade, por meio da comunicação, desviando a atenção da questão que ameaça sua legitimidade para outros assuntos não relacionados.

De acordo com a visão da teoria da legitimidade, a divulgação de informações socioambientais pode ser entendida como uma maneira de influenciar o processo de legitimação. Uma vez que as divulgações corporativas, dentre elas os relatórios de sustentabilidade, são meios de comunicação entre a organização e a sociedade, essas podem ser utilizadas como ferramentas para a execução das estratégias anteriormente mencionadas. Da mesma forma que as informações socioambientais divulgadas pela organização podem de fato informar a respeito de suas atividades reais, essas podem também ser utilizadas de forma superficial, apenas para manipular a percepção de seus usuários. Assim, a busca das organizações por aceitação social afetaria significativamente a escolha da forma e do conteúdo das informações socioambientais divulgadas em seus relatórios corporativos.

Dado o exposto, a teoria da legitimidade tem sido considerada uma das mais apropriadas para fundamentar a compreensão a respeito da forma como as organizações se comunicam com suas partes interessadas, sendo a base teórica dominante dos estudos que analisam a divulgação de informações socioambientais (GRAY *et al.*, 1995).

Um exemplo da utilização dessa teoria pode ser observado no trabalho de Patten (1992). Baseando-se no pressuposto de que as organizações podem divulgar um determinado conjunto de informações com o objetivo de minimizar eventuais ameaças ao seu estado de legitimidade, o autor avaliou o efeito do derramamento de óleo causado pela empresa *Exxon* na quantidade de informações ambientais divulgadas nos relatórios anuais de outras empresas petrolíferas. Pressupôs que o acidente, além de representar uma ameaça direta à legitimidade da empresa responsável, representa também uma ameaça indireta à legitimidade de empresas que executam as mesmas atividades, e essas buscam diminuir a consequência associada a esse por meio de um aumento na divulgação de informações relacionadas ao seu desempenho ambiental. Os resultados obtidos por meio da análise dos relatórios anuais de 21 empresas do setor de petróleo, divulgados no ano anterior e no ano posterior ao acidente, indicaram um aumento substancial na quantidade de informações ambientais divulgadas nesse período.

Na mesma linha, Brown e Deegan (1998) avaliaram o efeito que a cobertura da mídia a respeito dos impactos ambientais causados por uma determinada organização possui sobre a quantidade de informações ambientais divulgadas por essa. Propuseram que uma maior cobertura dada pela mídia aos impactos ambientais das organizações, aumenta a exposição dessas às ameaças ao seu estado de legitimidade, e resulta em uma maior divulgação voluntária de informações relacionadas ao desempenho ambiental. Adicionalmente, propuseram que uma maior cobertura negativa dada pela mídia resulta em uma maior divulgação voluntária de informações positivas relacionadas ao desempenho ambiental. Por meio da análise dos relatórios anuais de nove empresas australianas, os autores observaram que, na maioria dos casos, um número maior de notícias, publicadas em jornais e revistas, relacionadas ao desempenho ambiental de uma organização resultou em uma quantidade maior de informações ambientais divulgadas no relatório anual dessa, sendo que, um número maior de notícias negativas resultou na divulgação de uma quantidade maior de informações positivas.

Por sua vez, Cho e Patten (2007) avaliaram a relação existente entre a divulgação de informações ambientais, a classificação setorial de uma determinada organização e o

desempenho ambiental dessa. Propuseram que organizações pertencentes a setores classificados como ambientalmente sensíveis estão mais expostas à ameaças de legitimidade, e consequentemente divulgam uma maior quantidade de informações relacionadas ao seu desempenho ambiental. Adicionalmente, propuseram que organizações com desempenho ambiental inferior divulgam uma quantidade maior de informações ambientais na tentativa de manter ou restaurar o seu estado de legitimidade. Os autores analisaram os relatórios anuais de 100 empresas americanas, e observaram que, o nível de divulgação de informações ambientais é maior para as empresas que operam em setores ambientalmente sensíveis do que para as empresas que operam em setores não ambientalmente sensíveis. Além disso, observaram que o nível de divulgação de informações ambientais é maior entre as organizações com pior desempenho ambiental, independente da classificação setorial dessas.

Diferente dos três trabalhos anteriores que analisaram a utilização da divulgação voluntária de informações ambientais como resposta às ameaças de legitimidade, Mobus (2005) avaliou a relação existente entre a divulgação obrigatória de informações referentes ao desempenho ambiental de uma organização e o desempenho ambiental subsequente a essa divulgação. Pressupôs que, uma vez que a divulgação de informações negativas a respeito do desempenho ambiental da organização resulta em uma ameaça ao seu estado de legitimidade, o desempenho ambiental subsequente a essa divulgação deverá ser superior ao apresentado. Os autores analisaram os relatórios anuais de 17 empresas americanas do setor de petróleo, e observaram uma relação negativa entre o número de sanções legais resultantes de não conformidades ambientais divulgadas nesses relatórios e o número de violações cometidas no período subsequente. Os resultados indicam que a conformidade regulatória é utilizada para minimizar os impactos da divulgação obrigatória de resultados ambientais negativos.

A utilização da teoria da legitimidade para o entendimento da divulgação de outros tipos de informação pode ser observada no trabalho de Branco e Rodrigues (2006). Os autores analisaram as informações relacionadas à responsabilidade social divulgadas nos *sites* corporativos e nos relatórios anuais de 15 empresas portuguesas do setor bancário. Propuseram que as empresas com maior visibilidade entre os consumidores, estão expostas a maiores ameaças ao seu estado de legitimidade, e portanto divulgam uma maior quantidade de informações que demonstrem a sua responsabilidade social. Os resultados obtidos indicam que as empresas bancárias que possuem capital aberto divulgam sistematicamente mais informações sociais do que empresas bancárias que não possuem capital aberto.

Adicionalmente, foi observado que empresas bancárias que possuem maior número de agências divulgam maior quantidade de informações relacionadas ao seu desempenho social.

Já a utilização da teoria da legitimidade em estudos realizados no Brasil pode ser observada no trabalho de Farias (2008). Baseando-se na utilização da divulgação de informações ambientais como respostas a pressões sociais, a autora analisa a inter-relação existente entre o desempenho econômico, o desempenho ambiental e a divulgação de informações ambientais de 87 empresas brasileiras de capital aberto. Os resultados obtidos indicam que o desempenho econômico das organizações afeta o seu desempenho ambiental, que por sua vez influencia na divulgação de informações ambientais. Entretanto, não foram encontradas evidências de que o desempenho econômico afeta diretamente a divulgação de informações ambientais.

3.4. Legitimidade e Gerenciamento de Impressão em Relatórios Corporativos

Uma vez que existe a possibilidade de que as organizações divulguem informações socioambientais apenas com a finalidade de se apresentar de forma positiva e manipular a percepção da sociedade a respeito de seu real desempenho, a idoneidade dessas divulgações passa a ser questionável. Discute-se a possibilidade de que os relatórios de sustentabilidade, em grande parte dos casos divulgados voluntariamente, sejam utilizados como ferramentas para o gerenciamento de impressões, de forma que seriam produzidos apenas com a finalidade de enviar ao público sinais e mensagens específicas, no sentido de alinhamento de valores, para obtenção de legitimidade (DEEGAN, 2002; O'DONOVAN, 2002).

O interesse científico no gerenciamento de impressão é atribuído à sociologia, em virtude de trabalhos pioneiros que buscavam entender a importância da auto apresentação na definição do lugar dos indivíduos na sociedade. Entretanto, o conceito se firmou de fato na psicologia social, referindo-se ao processo pelo qual os indivíduos tentam controlar as suas ações e informações, comportando-se de modos específicos, com o objetivo de moldar as impressões que os outros indivíduos formam a seu respeito, criando assim uma imagem socialmente desejada (LEARY; KOWALSKY, 1990; MOHAMED *et al.*, 1999).

Além das análises ao nível individual, o gerenciamento de impressão pode ser entendido também como um mecanismo para controlar as impressões sobre grupos e organizações como

um todo (MOHAMED *et al.*, 1999). Dessa forma, apesar do desdobramento do tema ter se dado na psicologia social, os pesquisadores organizacionais têm adaptado e aplicado esse conceito ao ambiente empresarial. Dentro desse contexto, o gerenciamento de impressão abrange a manipulação estratégica das ações e informações divulgadas pelas organizações de forma a controlar as percepções e decisões de seus diversos *stakeholders* (MERKYL-DAVIES; BRENNAN, 2007; BEATTIE; JONES, 2008).

Adaptando as taxonomias utilizadas na psicologia social, Mohamed *et al.* (1999) classificam as estratégias de gerenciamento de impressão utilizadas pelas organizações em duas categorias: (i) assertivas e (ii) defensivas. De acordo com os autores, enquanto as táticas assertivas, divididas em cinco diferentes tipos, são utilizadas para criar ou melhorar uma imagem corporativa, as táticas defensivas, divididas em seis diferentes tipos, são utilizadas para proteger ou reparar uma imagem organizacional ameaçada ou danificada. Um resumo dessas estratégias podem ser observados no Quadro 1.

As cinco estratégias assertivas apresentadas pelos autores são: (i) insinuação, utilizada quando se pretende tornar a organização mais atrativa para um determinado grupo, por exemplo por meio da divulgação de tecnologias ambientalmente corretas em publicações destinadas aos ambientalistas, (ii) intimidação, utilizada quando se pretende transmitir poder organizacional, por exemplo apresentando a organização como capaz de fazer mal àqueles que frustrarem seus objetivos, (iii) promoção, utilizada quando a organização pretende criar ou manter uma atribuição de competência, por exemplo divulgando apenas suas realizações positivas, (iv) exemplificação, utilizada para projetar uma imagem de integridade, responsabilidade social e dignidade moral, por exemplo associando a imagem da organização à atividades filantrópicas, e (v) súplica, que ao contrário das demais é utilizada para apresentar a organização como dependente, com a finalidade de diminuir as expectativas a respeito de seu desempenho.

As seis estratégias defensivas apresentadas pelos autores são: (i) explicação, utilizada para minimização ou negação de determinado fato ou responsabilidade sobre esse, por exemplo atribuindo-o à condições do ambiente, (ii) alerta, utilizada para a antecipação de uma ação potencialmente embaraçosa, por exemplo preparando os investidores para prováveis desempenhos ruins, (iii) *handicapping*, utilizada quando se pretende tornar o sucesso improvável, de forma que se tenha uma justificativa pronta para o fracasso, (iv) desculpa, utilizada quando se há aceitação da culpa, porém com expressões de remorso e pedidos de

perdão, (v) restituição, utilizada para ofertar alguma compensação ao público prejudicado pelas ações da organização, por exemplo ofertando produtos ou serviços gratuitos e (vi) ação pró social, utilizada para demonstrar o engajamento da organização com ações sociais, de forma a reconciliar uma imagem desfavorável.

Quadro 1 - Estratégias de Gerenciamento de Impressão

Tipo	Estratégia	Definição
Assertivas	Insinuação	Tornar a organização mais atrativa para os outros
	Intimidação	Demonstrar poder organizacional
	Promoção	Criar atribuições de competência para a organização
	Exemplificação	Projetar a imagem de uma organização íntegra e correta
	Súplica	Apresentar a organização como dependente e deficiente
Defensivas	Explicação	Negar a responsabilidade de um fato
	Alerta	Antecipar ações potencialmente embaraçosas
	<i>Handicapping</i>	Tornar o sucesso improvável
	Desculpa	Pedir desculpas por uma ação indevida
	Restituição	Ofertar compensação aos prejudicados
	Ação Pró Social	Demonstrar engajamento com ações sociais

Fonte: Baseado em Mohamed *et al.* (1999).

A forma como a adoção de estratégias de gerenciamento de impressão auxilia no processo de legitimação das organizações é apresentada por Mendonça e Amantino-de-Andrade (2003). Para os autores, o gerenciamento de impressão organizacional pode ser entendido como um processo de comunicação, no qual são criadas e enviadas mensagens retratando estruturas e ações, reais ou fictícias, que sejam congruentes com a demanda da sociedade. Esse processo de comunicação será essencial para a formação de uma imagem corporativa favorável, que por sua vez está relacionada à necessidade de legitimação das organizações. Caso a organização atenda as demandas da sociedade e obtenha aceitação das partes com as quais se relaciona, passa a contar então com os recursos econômicos e simbólicos, necessários à sua sobrevivência e ao desenvolvimento de suas atividades, como demonstrado na Figura 2.

Cabe ressaltar que, a avaliação da sociedade quanto à utilidade e à legitimidade das atividades de uma organização é feita, na maioria das vezes, com base nas informações divulgadas pela própria organização, sejam em propagandas corporativas, relações com a comunidade, comunicações financeiras ou outras divulgações corporativas, sendo essas entendidas como

formas de operacionalização das estratégias de gerenciamento de impressão anteriormente mencionadas (MENDONÇA; AMANTINO-DE-ANDRADE, 2003).

Figura 2 - Processo de Legitimação por Meio de Gerenciamento de Impressão

Fonte: Mendonça e Amantino-de-Andrade (2003, p.46).

Considerando o conteúdo divulgado em relatórios corporativos, dentre esses os relatórios de sustentabilidade, os três principais meios utilizados pelas organizações para o gerenciamento de impressão são: (i) imagens, (ii) narrativas e (iii) gráficos. As imagens ajudam na contextualização do desempenho de uma organização e podem ser utilizadas de forma discricionária para definir o cenário sobre o qual as informações apresentadas deverão ser julgadas. Já as narrativas permitem que uma organização descreva e explique os resultados quantitativos apresentados e podem ser utilizadas para direcionar a opinião dos leitores. Por fim, os gráficos permitem o destaque de informações relevantes e podem ser utilizados para desviar a atenção dos usuários para um conjunto específico de informações (JONES, 2011a).

Por ser objeto de estudo do presente trabalho, o gerenciamento de impressão por meio do uso de gráficos será discutido pormenorizadamente a seguir.

3.5. Gerenciamento de Impressão em Gráficos

As organizações possuem motivos altruístas para utilizarem gráficos em suas divulgações corporativas. Além de serem igualitários, por não dependerem da linguagem para transmitir uma informação, gráficos são atraentes, despertam a atenção através de cores e efeitos visuais,

evidenciam tendências, padrões e anomalias de forma mais efetiva e são facilmente memorizáveis. Entretanto, a comunicação gráfica não é isenta de problemas. Há aspectos na escolha e construção dos gráficos que possibilitam a transmissão de mensagens enviesadas e a alteração da percepção de seus usuários. Tais aspectos, acentuados pelo fato de que em grande parte dos casos a utilização de gráficos não é regulada nem tampouco auditada, permitem que esses sejam utilizados a favor dos interesses da organização como ferramentas para o gerenciamento de impressão (BEATTIE; JONES, 2008).

São três as formas de infidelidade gráfica trabalhadas na literatura existente: (i) seletividade, (ii) distorção de medidas e (iii) melhora da apresentação. A seletividade pode ser entendida como uma alternativa primária das organizações, pois envolve a decisão de utilizar ou não gráficos para transmitir determinada informação. Já a distorção de medidas e a melhora da apresentação podem ser entendidas como alternativas secundárias da organização, pois envolvem decisões a respeito de como os gráficos serão apresentados, estando condicionadas à decisão primária pela sua utilização (BEATTIE; JONES, 2000a). Todas as três formas de infidelidade mencionadas podem resultar tanto de uma manipulação proposital, realizada com o objetivo de gerenciamento de impressão, como podem resultar de uma falta de preparação dos elaboradores de gráficos, que não colocam a atenção devida na forma como os esses estão sendo apresentados (BEATTIE; JONES, 2008).

O gerenciamento de impressão por meio de **seletividade** consiste na escolha deliberada das organizações pela utilização de gráficos para a representação de notícias positivas relacionadas ao seu desempenho, uma vez que essas terão destaque dentre as demais (BEATTIE; JONES, 2008; JONES, 2011a). Um exemplo pode ser observado na Figura 3, onde os gráficos mostram a evolução do número de projetos ambientais de uma organização. Caso o resultado fosse apresentado por cinco anos consecutivos, o gráfico demonstraria uma queda brusca em seu indicador, seguida de um aumento moderado. Entretanto, a organização pode ser seletiva quanto ao número de períodos retratados, demonstrando apenas os resultados dos três últimos anos, de forma que o gráfico represente o seu indicador em uma perspectiva de crescimento.

Figura 3 - Exemplo de Seletividade

Evidências de seletividade gráfica podem ser observadas no trabalho de Steinbart (1989). Por meio da análise dos relatórios financeiros anuais de 319 organizações dos Estados Unidos, o autor identificou que a utilização de gráficos com informações financeiras chave, tais como vendas, lucros e dividendos, é mais frequente entre organizações com resultados crescentes do que entre organizações com resultados decrescentes. Evidências semelhantes podem ser observadas em análises posteriores de relatórios financeiros anuais (BEATTIE; JONES, 1992; MATHER *et al.*, 1996; BEATTIE; JONES, 1997; 1999; 2000a; 2000b; 2001; FROWNFELTER-LOHRKE; FULKERSON, 2001; BEATTIE *et al.*, 2008; MIRANDA *et al.*, 2008), e em análise de prospectos de oferta pública inicial (IPO) (MATHER *et al.*, 2000).

A observação de relatórios de sustentabilidade também fornece evidências de seletividade nesse tipo de divulgação. Abandonando o foco exclusivo em gráficos com informações financeiras chaves e ampliando as análises para os gráficos com informações econômicas, sociais e ambientais, Jones (2011b) analisou 63 publicações de organizações do Reino Unido e Cho *et al.* (2012) analisaram 120 publicações de organizações dos Estados Unidos, Reino Unido, França, Alemanha, Itália e Espanha. Ambos os trabalhos identificaram que aproximadamente 75% dos gráficos utilizados em relatórios de sustentabilidade representam boas notícias para as organizações, seja pelo aumento de resultados favoráveis ou pela redução de resultados desfavoráveis.

O gerenciamento de impressão por meio de **distorção de medidas** consiste na manipulação deliberada da forma física do gráfico, de modo que esse não represente proporcionalmente os dados numéricos retratados (BEATTIE; JONES, 2008; JONES, 2011a). Um exemplo pode ser observado na Figura 4, onde os gráficos mostram a evolução do número de funcionários de uma organização. Caso as medidas físicas do gráfico fossem fieis aos dados numéricos retratados, a altura da coluna referente ao ultimo período deveria ser exatamente três vezes maior do que a coluna referente ao primeiro período. Entretanto, a organização alterou as proporções apresentadas no gráfico, de forma que a coluna referente ao último período ficasse seis vezes maior do que a coluna referente ao primeiro período, apresentando uma evolução visualmente maior do que a real.

Em geral, os trabalhos que analisam a existência dessa prática fornecem o cálculo de algum índice para a mensuração das distorções encontradas nos gráficos, sendo o mais comum deles o *Graph Discrepancy Index* (GDI) (BEATTIE; JONES, 2008). Esse índice foi proposto por Taylor e Anderson (1986) e consiste na comparação entre a variação apresentada nos dados numéricos e a variação apresentada nas medidas físicas do gráfico².

Evidências de distorção de medidas podem ser observadas no trabalho de Beattie e Jones (1992). Por meio da análise de 240 relatórios financeiros anuais de empresas do Reino Unido,

² Maiores detalhes acerca do GDI podem ser encontrados no item 4.5.

os autores encontraram distorções materiais³ médias de 34% em aproximadamente 30% dos gráficos apresentados. Do total de distorções materiais encontradas, 72% demonstravam o desempenho da organização de maneira mais favorável do que aquele efetivamente obtido. Análises semelhantes realizadas em relatórios financeiros anuais também identificaram distorções de medidas materiais em ao menos 25% dos gráficos apresentados, sendo essas distorções, em sua maioria, utilizadas para melhorar a apresentação do desempenho das organizações (STEINBART, 1989; BEATTIE; JONES, 1992; MATHER *et al.*, 1996; BEATTIE; JONES, 1997; 1999; 2000b; 2001; FROWNFELTER-LOHRKE; FULKERSON, 2001; GODFREY *et al.*, 2003; BEATTIE *et al.*, 2008).

Evidências contrárias podem ser observadas no trabalho de Mather *et al.* (2000). Diferente dos trabalhos anteriores, que se concentraram em relatórios financeiros anuais, os autores analisaram 484 prospectos de IPO de organizações australianas. Os resultados obtidos indicaram distorções materiais médias de 55,5% em cerca 57% dos gráficos apresentados nessas divulgações. Entretanto, os autores observaram que do total de distorções materiais, aproximadamente 53% demonstravam o desempenho da organização de maneira menos favorável do que o efetivamente obtido. Limitando a análise aos gráficos com informações financeiras chave (vendas, lucros e dividendos), a divergência de resultados é ainda mais acentuada. Os resultados obtidos indicaram distorções materiais médias de -2% em cerca de 46% dos gráficos, sendo que dessas distorções, 68% pioravam a apresentação do desempenho das organizações.

A observação de relatórios de sustentabilidade, também fornece evidências de distorção de medidas em gráficos sociais e ambientais. No trabalho de Jones (2011b), o autor não diferencia entre divergências materiais e não materiais, encontrando distorções em aproximadamente 98% dos gráficos apresentados nessas divulgações. De forma semelhante aos resultados obtidos na análise de relatórios financeiros anuais, a maioria das distorções identificadas, aproximadamente 59%, apresentavam o desempenho da organização de forma mais favorável do que o efetivamente obtido. Já no trabalho de Cho *et al.* (2012), os autores

³ Dentre os trabalhos encontrados que utilizaram o GDI, a maioria considera como materiais quaisquer distorções superiores a 5% (BEATTIE; JONES, 1992; MATHER *et al.*, 1996; BEATTIE; JONES, 1997; 1999; 2000b; MATHER *et al.*, 2000; BEATTIE; JONES, 2001; FROWNFELTER-LOHRKE; FULKERSON, 2001; GODFREY *et al.*, 2003; BEATTIE *et al.*, 2008).

encontraram distorções materiais⁴ em aproximadamente 35% dos gráficos analisados. Validando os resultados dos trabalhos anteriores, aproximadamente 60% dessas distorções melhoravam a apresentação do desempenho das organizações. Nenhum dos dois trabalhos apresentou os valores de distorção média encontrada nos gráficos.

O gerenciamento de impressão por meio de **melhora da apresentação** consiste na ênfase ou ofuscação deliberada de um ou mais componentes do gráfico, de modo que o significado percebido seja alterado (BEATTIE; JONES, 2008; JONES, 2011a). Um exemplo pode ser observado na Figura 5, onde os gráficos apresentados mostram a evolução da receita líquida, do lucro líquido e das despesas administrativas de uma organização. Nesse caso, o efeito da retratação de uma má notícia, referente ao aumento das despesas administrativas, é camuflado através de sua comparação com as apresentações de boas notícias, referentes aos aumentos da receita líquida e do lucro líquido.

Figura 5 - Exemplo de Melhora da Apresentação

Esse tipo de infidelidade gráfica tem sido pouco observado nos trabalhos existentes e os critérios para definição de uma melhora na apresentação costumam ser subjetivos (BEATTIE; JONES, 2008). As evidências encontradas incluem a utilização de cores e sombras para ressaltar períodos de melhor desempenho, a utilização desnecessária de perspectivas em três dimensões, a exclusão das linhas de grade para dificultar o posicionamento em relação aos eixos e a utilização não convencional de linhas de tendências (BEATTIE; JONES, 1992; 1997; 2000b; 2001).

O recente trabalho de Nascimento *et al.* (2013), realizado no Brasil, fornece evidências de melhora na apresentação dos gráficos utilizados em relatórios de administração. Os autores

⁴ Esse trabalho utiliza o RGDI como índice para mensuração das distorções, considerando como materiais quaisquer divergências superiores a 2,5%. Maiores detalhes acerca do RGDI podem ser encontrados em Mather *et al.* (2005).

analisaram as publicações de 203 organizações de capital aberto entre os anos de 1997 e 2009. Similar aos estudos anteriores, uma das medidas empregadas para definição de melhora na apresentação é a utilização desnecessária de gráficos em três dimensões. Entende-se que a apresentação de uma dimensão sem valor numérico pode confundir a percepção de profundidade e modificar a interpretação da informação. Os resultados encontrados indicam que aproximadamente 35% dos gráficos presentes nessas divulgações foram apresentados em três dimensões. Entretanto, nenhuma relação foi feita com o desempenho das organizações.

Observa-se que até o momento, as análises de gerenciamento de impressão em gráficos têm sido realizadas predominantemente em relatórios anuais publicados por empresas localizadas em países desenvolvidos. Beattie e Jones (2008) destacam a necessidade da análise da utilização de gráficos em países em desenvolvimento, argumentando que as diferenças culturais podem influenciar as práticas gerenciais adotadas, e os resultados obtidos com tais estudos podem trazer contribuições significativas para a literatura. Adicionalmente, os autores destacam a necessidade da análise de práticas de gerenciamento de impressão em outros tipos de divulgações corporativas, como *sites*, *newsletters* e relatórios ambientais. Percebe-se que o interesse em analisar a utilização de gráficos e a presença de gerenciamento de impressão em relatórios de sustentabilidade é uma prática recente, sendo reduzido o número de trabalhos a respeito do assunto (JONES, 2011b; CHO *et al.*, 2012).

Além de entender a maneira pela qual as organizações gerenciam a informação gráfica em suas divulgações corporativas, é necessário entender também o efeito que esse gerenciamento tem sobre a percepção de seus usuários. Com essa finalidade, Beattie e Jones (2002) realizaram um experimento com 52 estudantes de contabilidade. Os autores apresentaram aos participantes pares de gráficos que retratavam numericamente o mesmo desempenho, porém um deles com distorções de medidas entre 5% e 50%, calculadas de acordo com o GDI. Os resultados indicaram que as distorções superiores a 10% eram passíveis de serem percebidas pelos estudantes. Adicionalmente, notou-se que participantes com níveis mais baixos de entendimento financeiro eram mais sensíveis aos gráficos distorcidos.

O experimento realizado por Arunachalam *et al.* (2002) também verificou a forma com que os desenhos impróprios dos gráficos afetam a percepção de seus usuários e refletem na tomada de decisão. Os autores também se utilizaram da percepção de estudantes de contabilidade, aos quais foram apresentados gráficos com informações financeiras de três empresas, dentre as

quais uma deveria ser escolhida para investimento. Foram apresentados aos estudantes, gráficos com quatro diferentes tipos de distorção: distorção de medidas, inversão de anos, mascaramento e omissão de valores negativos. Os resultados indicaram que o desenho impróprio dos gráficos alteram a percepção dos usuários a respeito do desempenho da empresa e afetam a tomada de decisão.

Quanto à teorização dos trabalhos que analisaram a utilização de gráficos em divulgações corporativas percebe-se que, por vezes de forma implícita, esses se baseiam em uma embrionária teoria de gerenciamento de impressão. Entretanto, esse quadro teórico é bastante fraco, sugerindo apenas que as organizações utilizam gráficos de forma oportunista, com a finalidade de apresentar uma visão positiva de seu desempenho, não havendo qualquer tentativa de explicação dos incentivos para a adoção desse tipo de comportamento (BEATTIE; JONES, 2008). Nesse sentido, é esperado que, as já citadas teorias utilizadas nos estudos de contabilidade social e ambiental possam predizer com maior precisão a natureza do uso de gráficos em divulgações corporativas. Em especial, no caso do presente trabalho, espera-se que a utilização da teoria da legitimidade, possa melhorar o entendimento a respeito da utilização de gráficos em relatórios de sustentabilidade.

4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

4.1. Seleção da Amostra

Para a seleção da amostra utilizada neste trabalho considerou-se como relatórios de sustentabilidade divulgados por empresas brasileiras de capital aberto todos aqueles preparados de acordo com as diretrizes propostas pela *Global Reporting Initiative*, e divulgados no ano de 2011, com informações do ano de 2010, por empresas que operam no Brasil e possuem suas ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo (BM&F Bovespa)⁵.

A *Global Reporting Initiative* é uma organização internacional sem fins lucrativos cuja principal atividade é o desenvolvimento e a disseminação de diretrizes para a elaboração de relatórios de sustentabilidade. O primeiro conjunto de diretrizes elaborado pela organização foi lançado no ano de 2000, sendo substituído por um segundo conjunto lançado no ano de 2002. O terceiro conjunto de diretrizes foi lançado no ano de 2006 e ainda se mantém vigente, sendo considerado o atual padrão de relatórios de sustentabilidade mais utilizado no mundo.

A restrição da amostra aos relatórios de sustentabilidade preparados de acordo com as diretrizes da *Global Reporting Initiative* se justifica pelo fato de essas fornecerem uma série de princípios e orientações a respeito da forma como as organizações devem preparar os seus relatórios de sustentabilidade, bem como sugerir um conjunto de indicadores de desempenho e informações básicas que devem ser apresentadas nesses relatórios. Dessa forma, a limitação da amostra permitiu, devido à padronização de procedimentos e indicadores, maior comparabilidade nas análises realizadas e nos resultados encontrados.

A amostra foi identificada a partir de um banco de dados mantido pela própria *Global Reporting Initiative* e disponibilizado aos interessados em seu *site*⁶. O cadastro das divulgações nesse banco de dados é facultativo, o que resulta no fato de que nem todos os relatórios que seguem ao modelo sugerido tornam-se de conhecimento geral. Eventuais publicações não cadastradas foram desconsideradas neste trabalho em virtude da inviabilidade

⁵ Duas das empresas analisadas fecharam capital ao longo do desenvolvimento deste trabalho.

⁶ A amostra foi identificada através de consulta realizada ao banco de dados em 19 outubro de 2012.

da busca de relatórios dispersos em sites corporativos e da ameaça à credibilidade ao modelo adotado devido ao seu não cadastramento.

Os relatórios de sustentabilidade foram obtidos através dos *sites* corporativos das próprias organizações ou através de *links* disponibilizados em *sites* de busca. A base inicial contava com 53 relatórios, dos quais três não estavam mais disponíveis ao público e foram desconsiderados da amostra final. Dessa forma, foram analisados neste trabalho, 50 relatórios de sustentabilidade divulgados por empresas brasileiras de capital aberto no ano de 2011. A listagem dos relatórios utilizados pode ser observada no Apêndice 1.

4.2. Levantamento das Características dos Relatórios

Após a identificação da amostra, foram levantadas algumas características dos relatórios de sustentabilidade selecionados e das empresas que os divulgaram, tais como: (i) Setor de Atuação das Empresas, (ii) Maturidade dos Relatórios, (iii) Completude dos Relatórios e (iv) Presença de Asseguração Externa nos Relatórios, e (v) Tamanho dos Relatórios.

Para a categorização das empresas de acordo com o seu **setor de atuação** foi considerada a classificação setorial elaborada e fornecida pela BM&FBovespa. Essa classificação baseia-se nos tipos e usos dos produtos ou serviços desenvolvidos pelas organizações, levando-se em consideração aqueles que mais contribuem para a formação de suas receitas, sendo periodicamente revisada. Os setores de atuação identificados na amostra, bem como seus subsectores, estão demonstrados no Quadro 2.

Quadro 2 - Setores de Atuação Identificados na Amostra

Setor Econômico	Subsetor
Utilidade Pública	Energia Elétrica/ Água e Saneamento
Financeiro	Intermediários Financeiros/ Serviços Financeiros Diversos/ Previdência e Seguros
Consumo Cíclico e Não Cíclico	Alimentos Processados/ Produtos de Uso Pessoal e Limpeza/ Saúde/ Utilidades Domésticas/ Comércio
Construção e Transportes	Construção e Engenharia/ Transporte
Bens Industriais	Material de Transporte/ Máquinas e Equipamentos
Materiais Básicos	Mineração/ Siderurgia e Metalurgia/ Químicos/ Madeira e papel
Telecomunicações	Telefonia Móvel

Sector Econômico	Subsetor
Tecnologia da Informação	Computadores e Equipamentos
Petróleo, Gás e Biocombustíveis	Petróleo, Gás e Biocombustíveis

A **maturidade dos relatórios** foi estabelecida de acordo com o número de relatórios de sustentabilidade publicados pela empresa em anos anteriores que também seguiam as diretrizes da *Global Reporting Initiative*. Considerou-se que quanto maior o número de publicações anteriores, maior a maturidade que a empresa possui para a preparação dessas divulgações, uma vez que esteve em contato por mais tempo com o modelo e com o conjunto de informações solicitadas. Nesse caso, também foram consideradas apenas as publicações cadastradas no banco de dados da instituição, divulgadas entre os anos de 2000 e 2010, sendo desconsiderados eventuais relatórios encontrados em sites corporativos.

Já a **completude dos relatórios** foi determinada conforme o seu nível de aplicação ao modelo da *Global Reporting Initiative*. A instituição permite que os relatórios elaborados de acordo com suas diretrizes sejam classificados em três níveis crescentes: Nível C, Nível B e Nível A. Cada nível exige que uma quantidade mínima de informação seja divulgada em cada uma das sessões sugeridas pelo modelo, o que implica no fato de que relatórios com maior nível de aplicação, são também mais completos. Essa classificação é autodeclarada pela própria organização, podendo ser validada ou não pela *Global Reporting Initiative*. Os critérios que devem ser utilizados para a determinação do nível de aplicação dos relatórios ao modelo estão ilustrados na Figura 6.

Figura 6 - Níveis de Aplicação ao modelo da *Global Reporting Initiative*

Relatório		Níveis de aplicação					
		C	C+	B	B+	A	A+
Conteúdo do Relatório	Perfil da G3 RESULTADO	Responder aos itens: 1.1; 2.1 a 2.10; 3.1 a 3.8, 3.10 a 3.12; 4.1 a 4.4, 4.14 a 4.15.		Responder a todos os critérios elencados para o Nível C mais: 1.2; 3.9, 3.13; 4.5 a 4.13, 4.16 a 4.17.		O mesmo exigido para o nível B	
	Informações sobre a Forma de Gestão da G3 RESULTADO	Não exigido	Com Verificação Externa	Informações sobre a Forma de Gestão para cada Categoria de Indicador	Com Verificação Externa	Forma de Gestão divulgada para cada Categoria de Indicador	Com Verificação Externa
	Indicadores de Desempenho da G3 & Indicadores de Desempenho do Suplemento Setorial RESULTADO	Responder a um mínimo de 10 Indicadores de Desempenho, incluindo pelo menos um de cada uma das seguintes áreas de desempenho: social, econômico e ambiental.	Com Verificação Externa	Responder a um mínimo de 20 Indicadores de Desempenho, incluindo pelo menos um de cada uma das seguintes áreas de desempenho: econômico, ambiental, dir. humanos, práticas trabalhistas, sociedade, responsabilidade pelo produto.	Com Verificação Externa	Responder a cada Indicador essencial da G3 e do Suplemento Setorial* com a devida consideração ao Princípio da materialidade de uma das seguintes formas: a) respondendo ao indicador ou b) explicando o motivo da omissão.	Com Verificação Externa

Fonte: GRI (2006, p.2).

A *Global Reporting Initiative* permite que as organizações adicionem ao seu nível de aplicação o sinal de mais (“+”), nos casos onde há **presença de asseguração externa** dos dados divulgados. Assim os níveis de aplicação A+, B+ e C+, apesar de possuírem a mesma quantidade de informações divulgadas que os níveis A, B e C, respectivamente, possuem essas informações validadas por um grupo ou indivíduo externo à organização. A *Global Reporting Initiative* permite que a escolha do grupo ou indivíduo que irá realizar a verificação das informações divulgadas no relatório de sustentabilidade seja feita pela própria organização, entretanto define alguns critérios básicos a serem seguidos, como por exemplo: (i) o grupo ou indivíduo deve ser comprovadamente competente na prática de asseguração, (ii) o grupo ou indivíduo não deve ser limitado pela sua relação com a organização ou suas partes interessadas para chegar a uma conclusão independente e imparcial a respeito do relatório, (iii) o processo de asseguração deve ser realizado de forma sistemática, documentada e baseada em evidências, e (iv) o processo de asseguração deve resultar em uma opinião ou conjunto de conclusões que esteja disponível ao público na forma escrita.

Por fim, o **tamanho dos relatórios** foi determinado pelo número de páginas que o compõe.

4.3. Identificação de Gráficos e Informações Gráficas

Após o levantamento das características dos relatórios de sustentabilidade selecionados e das empresas que os divulgaram, foi realizada a identificação dos gráficos e informações gráficas presentes nesses relatórios.

A utilização de formas visuais para a representação de dados numéricos foi uma prática comum observada em todos os relatórios de sustentabilidade analisados, sendo identificados ao longo desses um total de 1.138 **gráficos**. Entretanto, observou-se que grande parte dos gráficos identificados foram utilizados para a representação de mais de um conjunto de dados. Uma vez que há a possibilidade de utilização de apenas um desses conjuntos de dados, em meio a todos os apresentados, para práticas de gerenciamento de impressão, optou-se por analisa-los de forma individual, tratando-os como 3.422 **informações gráficas** diferentes.

Para separar os diferentes conjuntos de dados apresentados em um mesmo gráfico, ou seja, para identificar as diferentes informações gráficas, considerou-se como conjuntos de dados

todos aqueles grupos de informação que representavam o desempenho de determinada variável por um ou mais períodos. Com a finalidade de melhorar o entendimento a respeito da diferença entre gráficos e informações gráficas, alguns exemplos podem ser observados na Figura 7.

Figura 7 - Gráficos e Informações Gráficas

A parte A da figura mostra um gráfico com três diferentes informações gráficas: rotatividade de funcionários com até 25 anos, rotatividade de funcionários entre 26 e 45 anos e rotatividade de funcionários com mais de 45 anos. Já a parte B da figura mostra um gráfico com quatro diferentes informações gráficas: proporção de funcionários com escolaridade básica em 2010, proporção de funcionários com escolaridade fundamental em 2010, proporção de funcionários com escolaridade média em 2010 e proporção de funcionários com escolaridade superior em 2010. A parte D da figura mostra um gráfico com três diferentes informações gráficas: consumo de gás natural, consumo de álcool e consumo de gasolina. Por fim, a parte E da figura mostra um gráfico com duas diferentes informações gráficas: evolução no preço da ação da empresa e evolução no preço da ação da concorrente.

Após a identificação das informações gráficas, foram levantadas algumas características dessas, tais como: (i) Posicionamento das Informações Gráficas, (ii) Forma Gráfica Utilizada para a Representação das Informações, e (iii) Categoria das Informações Gráficas.

O **posicionamento das informações gráficas** foi apurado em função da página na qual a informação gráfica estava apresentada frente ao número total de páginas do relatório.

Dividindo-se toda a extensão do relatório em quatro partes iguais, as informações gráficas foram alocadas entre: (i) início, compreendendo as páginas referentes à primeira das quatro partes do relatório, (ii) início-meio, compreendendo as páginas referentes à segunda das quatro partes do relatório, (iii) meio-final, compreendendo as páginas referentes à terceira das quatro partes do relatório, e (iv) final, compreendendo as páginas referentes à quarta das quatro partes do relatório.

Quanto à **forma gráfica utilizada para a representação das informações**, foram considerados quatro tipos, sendo esses: (i) gráficos de colunas, compostos por dois eixos, um vertical e um horizontal, sendo as colunas construídas sobre o eixo horizontal, incluindo colunas simples, colunas segmentadas, colunas em três dimensões e quaisquer outros possíveis desdobramentos, (ii) gráfico de barras, composto por dois eixos, um vertical e um horizontal, sendo as barras construídas sobre o eixo vertical, incluindo barras simples, barras segmentadas, barras em três dimensões, e quaisquer outros possíveis desdobramentos, (iii) gráficos setoriais, compostos por círculos proporcionalmente divididos, incluindo gráficos em formatos de pizza e quaisquer outros possíveis desdobramentos e (iv) gráficos de linha, compostos por dois eixos e uma linha evolutiva, incluindo linhas simples, linhas em três dimensões, e quaisquer outros possíveis desdobramentos. Exemplos de cada um dos quatro tipos podem ser observados na Figura 8.

Figura 8 - Tipos de Formas Gráficas

Com relação à **categoria das informações gráficas**, essas foram classificadas em três grupos, de acordo com a natureza dos dados apresentados: Econômicas, Ambientais e Sociais. Consistente com as definições utilizadas pela *Global Reporting Initiative* em suas diretrizes, as informações de natureza econômica são aquelas que ilustram o fluxo de capital entre a organização e as diversas partes com as quais se relaciona, bem como os principais impactos econômicos da organização sobre sociedade como um todo. Já as informações de natureza ambiental são aquelas que ilustram a relação entre a organização e os sistemas naturais vivos e não vivos das quais essa se utiliza. Por fim, as informações de natureza social são aquelas que ilustram a relação entre a organização e os sistemas sociais nos quais essa opera.

4.4. Verificação da Seletividade Gráfica

A verificação da presença de seletividade nos relatórios de sustentabilidade foi realizada com o objetivo de identificar uma possível preferência por parte das organizações na utilização de formas gráficas para apresentação de informações positivas em relação ao seu desempenho. Consistiu na classificação de todas as informações gráficas identificadas entre: (i) Boa Notícia, (ii) Má Notícia ou (iii) Notícia Neutra.

Para a classificação entre as categorias mencionadas foram considerados tanto o contexto da informação gráfica quanto o tratamento dado a essa. Assim, os aumentos de resultados favoráveis à organização e as reduções de resultados desfavoráveis à organização foram entendidas como boas notícias. Já as reduções de resultados favoráveis à organização e os aumentos de resultados desfavoráveis à organização foram entendidas como más notícias. Por fim, os resultados apresentados sem comparabilidade e os resultados imparciais à organização foram entendidos como notícias neutras. Um resumo pode ser observado no Quadro 3.

Quadro 3 - Classificação das Informações Gráficas

Boa Notícia	Má Notícia	Notícia Neutra
Aumento de Resultado Favorável	Redução de Resultado Favorável	Resultado sem Comparação
Redução de Resultado Desfavorável	Aumento de Resultado Desfavorável	Resultado Imparcial

Foram considerados resultados favoráveis àqueles que quanto mais alto fossem, representariam um melhor desempenho da organização, do tipo maior-melhor. Já como

resultados desfavoráveis foram considerado aqueles que quanto mais baixo fossem, representariam um melhor desempenho da organização, do tipo menor-melhor. Como resultados sem comparação foram considerados aqueles apresentados por apenas um período, os quais não permitiam a análise de sua evolução. Por fim, foram considerados como resultados imparciais aqueles que não representavam uma alteração no desempenho da organização, seja por que os dados utilizados não apresentavam variação ao longo do período representado, ou por que a variação apresentada não significava nem um aumento e nem uma redução no desempenho da organização. Exemplos podem ser observados no Quadro 4.

Quadro 4 - Exemplos de Resultados Favoráveis e Desfavoráveis

Tipo	Exemplos
Aumento de Resultado Favorável	Aumento no lucro líquido, Aumento no número de projetos sociais, Aumento de área preservada
Redução de Resultado Desfavorável	Redução de custos, Redução de passivos trabalhistas, Redução da emissão de gases tóxicos
Aumento de Resultado Desfavorável	Aumento das despesas indiretas, Aumento do <i>Turn Over</i> , Aumento de multas ambientais
Redução de Resultado Favorável	Redução da receita, Redução do número de contratações, Redução de projetos ambientais
Resultados sem Comparação	Faturamento Bruto no Ano de 2010, Quantidade Reciclada por Planta Produtiva no Ano de 2010
Resultados Imparciais	Evolução da Distribuição dos Gerentes por Região, Evolução da Distribuição dos Colaboradores por Faixa Etária

Após a classificação, foram comparadas as frequências de utilização de informações gráficas para a representação de boas notícias e más notícias.

4.5. Verificação da Distorção de Medidas

A verificação da presença de distorção de medidas nos gráficos dos relatórios de sustentabilidade foi realizada com o objetivo de identificar se as organizações manipulam as medidas físicas de suas informações gráficas, de modo que essas não representem corretamente os números apresentados. Foram consideradas nessa verificação todas as informações gráficas anteriormente classificadas como boas notícias e más notícias⁷. As informações gráficas classificadas como notícias neutras foram desconsideradas em virtude da impossibilidade de distorção daqueles resultados apresentados sem comparação, da

⁷ Algumas representações gráficas apresentavam a evolução das informações apenas fisicamente, não fornecendo os dados numéricos associados a essa evolução. Esses casos, foram automaticamente considerados como não distorcidos, em virtude da impossibilidade de aplicação das fórmulas adotadas.

impossibilidade de aplicação das fórmulas adotadas em resultados apresentados sem variação e da não representatividade das distorções apresentadas em resultados não relacionados ao desempenho da organização.

A identificação de possíveis distorções foi feita por meio da comparação dos valores apresentados no primeiro e no último período. Para cada uma das informações gráficas foram apuradas três medidas: (i) Medida Física do Primeiro Período, (ii) Medida Física do Último Período e, (iii) Medida Física Correta do Último Período. Enquanto as duas primeiras representam as medidas efetivamente apresentadas na informação gráfica, a última representa a medida que deveria ter sido apresentada no último período, calculada com base na proporção definida pela relação entre medida física e dado numérico apresentada no primeiro período⁸. Quando o primeiro ou o último período apresentado na informação gráfica possuía valor igual à zero, era impossível determinar a existência de distorção, dada a impossibilidade de apuração da medida física desse período. Nesses casos foram considerados os valores do período imediatamente seguinte ou imediatamente anterior ao período igual à zero.

As medições foram feitas de forma manual, com o auxílio de um *software* de digitalização⁹. O processo seguiu os seguintes passos: (i) Importação do gráfico para o software, (ii) Marcação dos pontos inferior e superior da forma física do primeiro período, (iii) Indicação da medida física do primeiro período e, (iv) Marcação dos pontos inferior e superior da forma física do último período. Após a realização dos passos indicados, a medida física do último período era automaticamente fornecida pelo *software*. Como toda a marcação foi feita de forma manual, a medida física apurada para o último período poderia divergir da medida física correta em virtude da má indicação dos pontos. Com a finalidade de evitar esse tipo de situação foram definidos limites, abaixo dos quais as distorções foram entendidas como imateriais¹⁰.

Após a obtenção das medidas, foi calculado, o Índice de Discrepância Gráfica (GDI), para apurar o percentual de distorção da variação entre as medidas físicas apresentadas no primeiro e no último período. Foram consideradas imateriais, distorções inferiores a 5%. A fórmula de cálculo está detalhada a seguir.

⁸ Medida Física do Primeiro Período/Dado Numérico do Primeiro Período*Dado Numérico do Último Período.

⁹ O software utilizado foi o *Digitizeit*, obtido para teste ou aquisição da licença em www.digitizeit.de.

¹⁰ Consistente com os trabalhos anteriores apresentados na sessão 3.5.

$$\text{Índice de Discrepância Gráfica (GDI)} = \left[\frac{a}{b} - 1 \right]$$

onde, 'a' representa o percentual de variação entre a medida física do primeiro período e a medida física do no último período e 'b' representa o percentual de variação entre a medida física do primeiro período e a medida física correta do último período. As fórmulas de cálculos estão detalhadas a seguir.

$$a = \left[\frac{\text{medida física do último período} - \text{medida física do primeiro período}}{\text{medida física do primeiro período}} \right]$$

$$b = \left[\frac{\text{medida física correta do último período} - \text{medida física do primeiro período}}{\text{medida física do primeiro período}} \right]$$

Nos casos de GDI positivo, deve-se entender que a medida física do último período estava mais distante da medida física do primeiro período do que seria correto. Assim, nos casos de aumento de resultado favorável ou redução de resultado desfavorável, o GDI positivo significou uma melhor apresentação do desempenho da organização (distorção para melhor). Já nos casos de aumento de resultado desfavorável ou redução de resultado favorável, o GDI positivo significou uma pior apresentação do desempenho da organização (distorção para pior). De forma semelhante, nos casos de GDI negativo, deve-se entender que a medida física do último período estava menos distante da medida física do primeiro período do que seria correto. Assim, nos casos de aumento de resultado favorável ou redução de resultado desfavorável, o GDI negativo significou uma pior apresentação do desempenho da organização (distorção para pior). Já nos casos de aumento de resultado desfavorável ou redução de resultado favorável, o GDI negativo significou uma melhor apresentação do desempenho da organização (distorção para melhor). Um resumo pode ser observado no Quadro 5.

Quadro 5 - Interpretação do Índice de Discrepância Gráfica (GDI)

Tipo	Viés para Melhor	Viés para Pior
Aumento de Resultado Favorável	GDI Positivo	GDI Negativo
Redução de Resultado Desfavorável	GDI Positivo	GDI Negativo
Aumento de Resultado Desfavorável	GDI Negativo	GDI Positivo
Redução de Resultado Favorável	GDI Negativo	GDI Positivo

Adicionalmente, como forma de validação das distorções encontradas através do GDI, foi calculado, o Índice de Discrepância Relativa de Gráficos (RGDI), para apurar o percentual de distorção da medida física apresentada no último período. Foram consideradas imateriais, distorções inferiores a 2,5%. A fórmula de cálculo está detalhada a seguir.

$$\text{Índice de Discrepância Relativa de Gráficos (RGDI)} = \left[\frac{c - d}{d} \right]$$

onde, 'c' representa a medida física do último período e 'd' representa a medida física correta do último período.

Nos casos de RGDI positivo, deve-se entender que a medida física do último período estava maior do que seria correto. Assim, nos casos de aumento de resultado favorável ou redução de resultado favorável, o RGDI positivo significou uma melhor apresentação do desempenho da organização (distorção para melhor). Já nos casos de aumento de resultado desfavorável ou redução de resultado desfavorável, o RGDI positivo significou uma pior apresentação do desempenho da organização (distorção para pior). De forma semelhante, nos casos de RGDI negativo, deve-se entender que a medida física do último período estava menor do que seria correto. Assim, nos casos de aumento de resultado favorável ou redução de resultado favorável, o RGDI negativo significou uma pior apresentação do desempenho da organização (distorção para pior). Já nos casos de aumento de resultado desfavorável ou redução de resultado desfavorável, o RGDI negativo significou uma melhor apresentação do desempenho da organização (distorção para melhor). Um resumo pode ser observado no Quadro 5.

Quadro 6 - Interpretação do Índice de Discrepância Relativo de Gráficos (RGDI)

Tipo	Viés para Melhor	Viés para Pior
Aumento de Resultado Favorável	RGDI Positivo	RGDI Negativo
Redução de Resultado Desfavorável	RGDI Negativo	RGDI Positivo
Aumento de Resultado Desfavorável	RGDI Negativo	RGDI Positivo
Redução de Resultado Favorável	RGDI Positivo	RGDI Negativo

Com o objetivo de padronizar os resultados obtidos, todas as distorções que melhoravam a apresentação do desempenho das organizações, ou seja, possuíam um viés para melhor, foram convertidas em valores positivos. Já aquelas distorções que pioravam a apresentação do desempenho das organizações, ou seja, possuíam um viés para pior, foram convertidas em valores negativos. Deve-se considerar que quanto mais distante de zero estiver o valor

calculado dos índices, maior a será a distorção existente na informação gráfica. No caso da inexistência de distorção, ambos os índices deverão ser iguais à zero.

Após a apuração dos índices de discrepância, foram comparadas as frequências e as médias de informações gráficas materialmente distorcidas para melhor e para pior.

4.6. Tratamento dos Dados

Para o tratamento e a análise dos dados levantados foram utilizadas estatísticas descritivas e os seguintes testes de significância: Teste Binomial, Teste T e Teste Qui-Quadrado¹¹.

A estatística descritiva foi utilizada para a organização, sumarização e apresentação das características dos relatórios, dos gráficos e das informações gráficas analisadas, sendo calculadas médias, desvios padrões e distribuições de frequência. O Teste Binomial e o Teste T foram utilizados para responder às duas verificações inicialmente propostas, analisando se as diferenças entre as proporções e médias identificadas na amostra podem ser atribuídas ao acaso ou se possuem significância estatística. Adicionalmente, o Teste Qui-Quadrado foi utilizado para identificar associação entre as duas formas de gerenciamento de impressão analisadas e entre a presença de gerenciamento de impressão e as características da amostra.

O Teste Binomial refere-se a um teste não paramétrico, utilizado quando os dados apresentam-se de maneira dicotômica ou binária, ou seja, possuem apenas duas categorias possíveis, como por exemplo: cara ou coroa. Da forma como foi empregado, seus resultados demonstram se há significância estatística na diferença entre as probabilidades de ocorrência das duas categorias (DOWDY *et al.*, 2004). Para todas as análises foi considerada como hipótese nula a de que não há diferença entre as probabilidades de ocorrência das categorias consideradas, e como hipótese alternativa a de que há diferença entre as probabilidades de ocorrência das categorias consideradas. O nível de significância foi definido em 5%.

O Teste T, também conhecido como Teste T de *Student*, refere-se a um teste paramétrico, utilizado quando os dados assumem uma distribuição normal¹². Da forma como foi

¹¹ Foram utilizados os softwares *Microsoft Excel* e *Stata*.

empregado, seus resultados demonstram se há significância estatística na diferença entre as médias observadas em dois grupos independentes (DOWDY *et al.*, 2004). Para todas as análises foi considerada como hipótese nula a de que não há diferença entre as médias dos dois grupos considerados, e como hipótese alternativa a de que há diferença entre as médias dos dois grupos considerados. O nível de significância foi definido em 5%.

O Teste Qui-Quadrado, também conhecido como Teste Qui-Quadrado de Pearson, refere-se a um teste não paramétrico, utilizado quando se pretende verificar a associação entre variáveis qualitativas. Da forma como foi empregado, seus resultados indicam se há significância estatística na diferença entre as frequências observadas em grupos distintos, ou seja, se há associação da frequência com o grupo (DOWDY *et al.*, 2004). Para todas as análises foi considerada como hipótese nula a de que não há diferença entre as frequências dos grupos considerados, ou seja, não há associação entre as variáveis qualitativas, e como hipótese alternativa a de que há diferença entre as frequências dos grupos considerados, ou seja, há associação entre as variáveis qualitativas. O nível de significância foi definido em 5%.

¹² De acordo com Stevenson (1981), para grandes amostras, como é o caso neste trabalho, assume-se que a distribuição das médias amostrais será aproximadamente normal.

5. RESULTADOS

5.1. Análise Descritiva dos Relatórios

A maior parte dos relatórios de sustentabilidade analisados foi divulgada por empresas pertencentes ao setor de utilidade pública, seguido por empresas pertencentes aos setores financeiro, de materiais básicos, de construção e transportes, de bens de consumo, de bens industriais e outros setores da economia (Tabela 1).

Tabela 1 - Setor de Atuação das Empresas

Setor de Atuação	Quantidade	%
Utilidade Pública	13	26,0
Financeiro	10	20,0
Materiais Básicos	09	18,0
Construção e Transportes	07	14,0
Bens de Consumo	05	10,0
Bens Industriais	03	6,0
Outros	03	6,0
Total	50	100,0

Outros Setores: ITAUTEC, PETROBRAS e TIM PART SA.

Com relação à maturidade, esses relatórios possuíam em média 2,7 publicações anteriores, variando desde relatórios que estavam sendo publicados pela primeira vez até relatórios que estavam sendo publicados pela décima segunda vez. Desconsiderando-se o grupo de outros setores, o setor de utilidade pública foi o que apresentou relatórios com maior maturidade, com uma média de 3,8 publicações anteriores (Tabela 2).

Tabela 2 - Publicações Anteriores ao Relatório Analisado

Setor de Atuação	Média	Desv. Pad.	Mínimo	Máximo
Utilidade Pública	3,8	1,9	1,0	8,0
Financeiro	2,0	1,2	1,0	4,0
Materiais Básicos	2,4	1,7	0,0	5,0
Construção e Transportes	1,9	0,9	1,0	3,0
Bens de Consumo	2,6	4,7	0,0	11,0
Bens Industriais	1,7	0,6	1,0	2,0
Outros	4,7	3,8	2,0	9,0
Total	2,7	2,2	0,0	11,0

A empresa com o maior número de publicações anteriores é a NATURA.

Quanto à completude, a maioria dos relatórios de sustentabilidade analisados atendiam ao Nível B de aplicação ao modelo da *Global Reporting Initiative*. O setor de utilidade pública também foi o que apresentou relatórios mais completos, com a maior proporção de suas publicações atendendo ao Nível A do modelo proposto (Tabela 3).

Tabela 3 - Aplicação ao Modelo da *Global Reporting Initiative*

Setor de Atuação	Nível A	Nível B	Nível C
Utilidade Pública	07	03	03
Financeiro	04	05	01
Materiais Básicos	04	03	02
Construção e Transportes	00	03	04
Bens de Consumo	01	02	02
Bens Industriais	00	03	00
Outros	01	02	00
Total	17	21	12

Confrontando a completude e a maturidade dos relatórios de sustentabilidade, pôde-se observar que, os relatórios que possuíam níveis mais altos de aplicação ao modelo da *Global Reporting Initiative*, possuíam também, em média, maior número de publicações anteriores. Todos os relatórios que estavam sendo publicados pela primeira vez, atendiam apenas ao nível mais baixo de aplicação ao modelo, enquanto os relatórios que atendiam ao nível mais alto possuíam ao menos duas publicações anteriores (Tabela 4).

Tabela 4 - Aplicação ao Modelo versus Publicações Anteriores

Nível de Aplicação	Média	Desv. Pad.	Mínimo	Máximo
A	4,8	2,4	2,0	11,0
B	1,8	1,0	1,0	4,0
C	1,4	1,4	0,0	5,0
Total	2,7	2,2	0,0	11,0

A maior parte dos relatórios analisados não foi submetida à verificação de grupos ou indivíduos independentes, não apresentando assim asseguração externa de seu conteúdo. Apesar de possuir relatórios mais maduros e completos, o setor de utilidade pública apresentou asseguração externa apenas para uma pequena proporção desses relatórios. Já os setores financeiro, de materiais básicos e outros apresentaram a maior proporção de seus relatórios assegurados externamente (Tabela 5).

Tabela 5 - Presença de Asseguração Externa do Relatório

Sector de Atuação	Com Asseguração	Sem Asseguração
Utilidade Pública	03	10
Financeiro	06	04
Materiais Básicos	07	02
Construção e Transportes	01	06
Bens de Consumo	02	03
Bens Industriais	01	02
Outros	02	01
Total	22	28

Confrontando a presença de asseguração externa e a completude dos relatórios de sustentabilidade, pôde-se observar que, os relatórios que atendiam ao nível mais alto de aplicação ao modelo da *Global Reporting Initiative* foram, em maior proporção que os demais, submetidos à verificação de grupos ou indivíduos independentes. Em números absolutos, quanto mais alto o nível de aplicação ao modelo da *Global Reporting Initiative*, maior a quantidade de relatórios submetidos à verificação externa (Tabela 6).

Tabela 6 - Asseguração Externa versus Aplicação ao Modelo

Nível de Aplicação	Com Asseguração	Sem Asseguração
A	12	5
B	07	14
C	03	9
Total	22	28

Adicionalmente, confrontando a presença de asseguração externa e a maturidade dos relatórios de sustentabilidade, pôde-se observar que, os relatórios que foram submetidos à verificação de grupos ou indivíduos independentes, possuíam em média, uma quantidade maior de publicações anteriores do que aqueles que não submetidos (Tabela 7).

Tabela 7 - Asseguração Externa versus Publicações Anteriores

Presença de Asseguração	Média	Desv. Pad.	Mínimo	Máximo
Com Asseguração	3,2	2,6	0,0	11,0
Sem Asseguração	2,4	1,8	0,0	8,0
Total	2,7	2,2	0,0	11,0

Com relação ao tamanho, os relatórios analisados possuíam em média 136,6 páginas cada um, variando desde relatórios com 36 páginas até relatórios com 324 páginas. Enquanto o setor de

bens industriais apresentou os relatórios mais extensos, o setor de bens de consumo apresentou os relatórios com menor número médio de páginas (Tabela 8).

Tabela 8 - Número de Páginas dos Relatórios Analisados

Setor de Atuação	Média	Desv. Pad.	Mínimo	Máximo
Utilidade Pública	164,8	70,0	76,0	324,0
Financeiro	124,8	49,6	60,0	198,0
Materiais Básicos	144,3	32,6	83,0	188,0
Construção e Transportes	125,3	33,8	76,0	163,0
Bens de Consumo	88,4	39,9	36,0	138,0
Bens Industriais	168,3	33,3	143,0	206,0
Outros	104,7	25,8	76,0	126,0
Total	136,6	52,9	36,0	324,0

Confrontando o tamanho e a completude dos relatórios de sustentabilidade, pôde-se observar que, os relatórios que atendiam a níveis mais altos de aplicação ao modelo da *Global Reporting Initiative* possuíam um número médio de páginas superior aos relatórios que atendiam aos níveis mais baixos (Tabela 9).

Tabela 9 - Número de Páginas versus Aplicação ao Modelo

Nível de Aplicação	Média	Desv. Pad.	Mínimo	Máximo
A	164,4	63,3	60,0	324,0
B	127,9	45,4	36,0	206,0
C	112,4	30,2	76,0	160,0
Total	136,6	52,9	36,0	324,0

Adicionalmente, confrontando o tamanho e a maturidade dos relatórios de sustentabilidade, pôde-se observar que, os relatórios com uma quantidade maior de publicações anteriores possuíam um número médio de páginas superior aos relatórios com uma quantidade menor de publicações anteriores (Tabela 10).

Tabela 10 - Número de Páginas versus Publicações Anteriores

Publicações Anteriores	Média	Desv. Pad.	Mínimo	Máximo
Zero	103,0	30,4	83,0	138,0
1 ou 2	120,5	44,3	36,0	206,0
3 ou 4	145,9	46,3	60,0	251,0
5 ou mais	184,4	72,0	112,0	324,0
Total	136,6	52,9	36,0	324,0

5.2. Análise Descritiva dos Gráficos e Informações Gráficas

Os relatórios de sustentabilidade analisados apresentaram em média 22,8 gráficos, variando desde relatórios com 02 gráficos até relatórios com 78 gráficos. Esses gráficos foram utilizados para representar em média 03 informações gráficas, variando desde gráficos com apenas 01 informação gráfica até gráficos com 60 informações gráficas. Dessa forma, os relatórios apresentaram em média 68,4 informações gráficas, variando desde relatórios com 04 informações gráficas até relatórios com 259 informações gráficas (Tabela 11).

Tabela 11 - Número de Gráficos e Informações Gráficas

Medida	Média	Desv. Pad.	Mínimo	Máximo
Gráficos por relatório	22,8	16,0	2,0	78,0
Informações por gráfico	3,0	1,0	1,0	60,0
Informações por relatório	68,4	53,0	4,0	259,0

Esse número representou uma média de 0,54 informações gráficas por página de relatório. Embora o setor de utilidade pública tenha apresentado relatórios mais completos, a utilização de informações gráficas nesses relatórios foi pouco expressiva, sendo a quantidade de informações gráficas por página a menor observada entre os setores analisados (Tabela 12).

Tabela 12 - Informação Gráfica por Página de Relatório

Setores	Média	Desv. Pad.	Mínimo	Máximo
Utilidade Pública	0,36	0,20	0,03	0,70
Financeiro	0,55	0,32	0,19	1,24
Materiais Básicos	0,80	0,63	0,28	1,85
Construção e Transportes	0,41	0,30	0,04	0,97
Bens de Consumo	0,66	0,81	0,11	2,09
Bens Industriais	0,38	0,08	0,29	0,45
Outros	0,72	0,39	0,45	1,16
Total	0,54	0,44	0,03	2,09

Confrontando a quantidade de informações gráficas por página com a completude dos relatórios de sustentabilidade, pôde-se observar que, os relatórios que atendiam a níveis mais altos de aplicação ao modelo da *Global Reporting Initiative* possuíam um número médio de informações gráficas por página superior aos que atendiam à níveis mais baixos (Tabela 13).

Tabela 13 - Informações Gráficas por Página versus Aplicação ao Modelo

Nível de Aplicação	Média	Desv. Pad.	Mínimo	Máximo
A	0,64	0,51	0,03	1,85
B	0,51	0,43	0,09	2,09
C	0,43	0,33	0,04	1,18
Total	0,54	0,44	0,03	2,09

Com relação ao posicionamento, a maioria das informações gráficas identificadas estavam localizadas nas páginas centrais dos relatórios de sustentabilidade. Um número ainda expressivo dessas informações estavam localizadas nas páginas iniciais e apenas uma minoria nas páginas finais. Os setores financeiro e de materiais básicos foram os que apresentaram informações gráficas mais distribuídas ao longo de seus relatórios, enquanto os setores de construção e transportes e de bens industriais foram os que mais concentraram informações gráficas na primeira metade de seus relatórios (Tabela 14).

Tabela 14 - Posicionamento das Informações Gráficas

Setores	Início	Início-Meio	Meio-Final	Final
Utilidade Pública	157	376	204	20
Financeiro	156	228	184	81
Materiais Básicos	219	370	198	179
Construção e Transportes	64	219	36	34
Bens de Consumo	63	121	59	24
Bens Industriais	60	102	28	00
Outros	18	147	65	10
Total	737	1.563	774	348

Quanto à forma, a maior parte das informações gráficas identificadas foram representadas em colunas ou gráficos setoriais, seguida de uma pequena quantidade representada em linhas e barras. A predominância dos gráficos de colunas e gráficos setoriais foi comum em todos os setores analisados (Tabela 15).

Tabela 15 - Forma Gráfica Utilizada para a Representação das Informações

Setores	Coluna	Linha	Barra	Setorial
Utilidade Pública	413	48	09	287
Financeiro	308	38	15	288
Materiais Básicos	522	24	12	408
Construção e Transportes	179	26	14	134
Bens de Consumo	108	28	28	103
Bens Industriais	79	14	00	97

Setores	Coluna	Linha	Barra	Setorial
Outros	48	09	41	142
Total	1.657	187	119	1.459

Por fim, com relação à categoria, a maioria das informações gráficas identificadas representavam dados econômico, seguida de informações gráficas que representavam dados sociais e dados ambientais. Com exceção dos setores de materiais básicos e de bens de consumo, menos de um décimo das informações gráficas contidas nos relatórios de sustentabilidade analisados foram utilizadas para retratar indicadores ambientais (Tabela 16).

Tabela 16 - Categoria das Informações Gráficas

Setores	Econômica	Ambiental	Social
Utilidade Pública	525	47	185
Financeiro	481	23	145
Materiais Básicos	334	395	237
Construção e Transportes	209	27	117
Bens de Consumo	165	47	55
Bens Industriais	148	3	39
Outros	122	22	96
Total	1.984	564	874

5.3. Análise da Seletividade Gráfica

Para verificar a existência de gerenciamento de impressão por meio de seletividade, todas as informações gráficas identificadas nos relatórios de sustentabilidade foram classificadas entre: (i) Boa Notícia, (ii) Má Notícia ou (iii) Notícia Neutra. Em virtude, principalmente, da elevada utilização de gráficos setoriais, representando conjuntos de dados por apenas um período, sem comparação ou referência para que o leitor pudesse construir um julgamento positivo ou negativo, a maioria das informações identificadas foram classificadas como notícias neutras, sendo desconsideradas nas análises seguintes (Tabela 17).

Tabela 17 - Classificação das Informações Gráficas

Notícia Neutra	Boa Notícia	Má Notícia
2.002	931	489

Na sequência, foram comparadas as frequências de utilização de informações gráficas para a representação de boas notícias e más notícias. Verificou-se que para cada informação gráfica

utilizada para a representação de uma notícia negativa, aproximadamente duas foram utilizadas para a representação de notícias positivas. A predominância de boas notícias foi estatisticamente significativa, como demonstrado pelo Teste Binomial (Tabela 18).

Tabela 18 - Análise da Seletividade Gráfica

Seletividade	Frequência	Proporção	Binomial	P-Valor
Boa Notícia	931	65,6%		
Má Notícia	489	34,4%	16,58	<0,001

Com a finalidade de verificar a consistência dessa predominância, a análise da presença de seletividade gráfica foi segregada de acordo com as principais características da amostra: (i) classificação setorial das empresas, (ii) maturidade dos relatórios, (iii) completude dos relatórios, (iv) presença de asseguração externa nos relatórios, (v) posicionamento das informações gráficas, (vi) forma gráfica utilizada, e (vii) categoria das informações gráficas.

Consistente com o resultado apresentado, a utilização superior de informações gráficas para a representação de notícias positivas pôde ser observada em todos os setores analisados, ainda que de forma pouco expressiva nos setores de materiais básicos e bens industriais (Tabela 19).

Tabela 19 - Seletividade Gráfica versus Setor de Atuação

Setores	N	Boa Notícia	Má Notícia	Teste T	P-Valor	X²	P-Valor
Utilidade Pública	314	66,2%	33,8%	8,59	<0,001		
Financeiro	297	81,1%	18,9%	19,37	<0,001		
Materiais Básicos	420	51,7%	48,3%	0,97	0,335		
Construção e Transportes	125	75,2%	24,8%	9,19	<0,001		
Bens de Consumo	124	71,0%	29,0%	7,25	<0,001		
Bens Industriais	68	54,4%	45,6%	1,03	0,307		
Outros	72	63,9%	36,1%	3,45	<0,001	78,51	<0,001

O resultado do Teste T indica se cada uma das diferenças observadas entre as proporções de boas e más notícias apresenta significância estatística. Já o resultado do Teste Qui-Quadrado (X²) indica se há ou não de correlação entre as duas variáveis, nesse caso: a proporção de boas notícias e a classificação setorial das empresas.

Também consistente com o resultado apresentado, a predominância de informações gráficas com notícias positivas se manteve em todos os intervalos de maturidade dos relatórios. Embora tenha sido identificada uma associação estatisticamente significativa entre a proporção de boas notícias e o número de publicações anteriores ao relatório analisado, foi possível observar apenas que a diferença entre boas e más notícias se mostrou mais acentuada entre os

relatórios que estavam sendo publicados pela primeira vez, não havendo qualquer padrão de redução dessa diferença em virtude da experiência adquirida pela empresa (Tabela 20).

Tabela 20 - Seletividade Gráfica versus Publicações Anteriores

Publicações Anteriores	N	Boa Notícia	Má Notícia	Teste T	P-Valor	X ²	P-Valor
Zero	52	84,6%	15,4%	9,69	<0,001		
1 ou 2	478	68,2%	31,8%	12,07	<0,001		
3 ou 4	727	60,5%	39,5%	8,20	<0,001		
5 ou mais	163	74,2%	25,8%	9,97	<0,001	23,44	<0,001

Foi possível observar a utilização superior de informações gráficas para a representação de boas notícias, também entre os três níveis de aplicação ao modelo da *Global Reporting Initiative*. Nesse caso, a associação identificada demonstrou que, quanto maior a completude dos relatórios de sustentabilidade analisados, ou seja, quanto maior a quantidade de informações divulgadas pela empresa, menor a diferença observada entre as proporções de boas notícias e más notícias (Tabela 21).

Tabela 21 - Seletividade Gráfica versus Aplicação ao Modelo

Nível de Aplicação	N	Boa Notícia	Má Notícia	Teste T	P-Valor	X ²	P-Valor
A	753	61,4%	38,6%	9,04	<0,001		
B	501	69,1%	30,9%	13,04	<0,001		
C	166	74,1%	25,9%	9,99	<0,001	13,98	<0,001

Semelhante aos casos anteriores, a predominância de informações gráficas com notícias positivas pôde ser observada, independente da submissão do relatório à asseguuração externa. Entretanto, as proporções de boas e más notícias nos relatórios assegurados e não assegurados foram muito semelhantes, não sendo identificada associação significativa entre a submissão dos relatórios à verificação externa e a proporção de boas notícias nesses (Tabela 22).

Tabela 22 - Seletividade Gráfica versus Asseguuração Externa

Asseguuração Externa	N	Boa Notícia	Má Notícia	Teste T	P-Valor	X ²	P-Valor
Com Asseguuração	766	64,2%	35,8%	11,61	<0,001		
Sem Asseguuração	654	67,1%	32,9%	13,17	<0,001	1,31	0,252

Considerando a localização das informações gráficas nos relatórios, foi possível observar a proporção superior de boas notícias tanto entre as páginas iniciais, quanto entre as páginas centrais e finais. Embora tenha sido identificada uma associação estatisticamente significativa

entre a proporção de boas notícias e o posicionamento das informações no relatório, foi possível observar apenas que a diferença entre boas e más notícias se mostrou mais acentuada entre as informações localizadas nas páginas iniciais, não havendo qualquer padrão de redução dessa diferença em função da sequência seguinte de apresentação (Tabela 23).

Tabela 23 - Seletividade Gráfica versus Posicionamento

Posicionamento	N	Boa Notícia	Má Notícia	Teste T	P-Valor	X ²	P-Valor
Início	302	71,2%	28,8%	11,48	<0,001		
Início-Meio	659	65,6%	34,4%	11,87	<0,001		
Meio-Final	267	57,7%	42,3%	3,58	<0,001		
Final	192	67,7%	32,3%	7,40	<0,001	11,98	0,007

Consistente com os resultados anteriores, a predominância de notícias positivas se manteve tanto entre as informações gráficas representadas em colunas, quanto entre aquelas representadas em barras e linhas (Tabela 24).

Tabela 24 - Seletividade Gráfica versus Forma Gráfica

Forma Gráfica	N	Boa Notícia	Má Notícia	Teste T	P-Valor	X ²	P-Valor
Coluna	1.211	66,1%	33,9%	16,78	<0,001		
Linha	171	57,9%	42,1%	2,95	0,003		
Barra	38	81,6%	18,4%	7,01	<0,001	8,95	0,011

Por fim, a proporção superior de notícias positivas também pôde ser observada entre as três diferentes categorias de informações: econômicas, ambientais e sociais. Entretanto, semelhante aos resultados obtidos para os setores de materiais básicos e bens industriais, no caso das informações ambientais não foi encontrada significância estatística para a diferença entre as proporções de boas notícias e más notícias. Por outro lado, a diferença observada nas informações classificadas como econômicas foi bastante acentuada (Tabela 25).

Tabela 25 - Seletividade Gráfica versus Categoria Informações

Categoria Informação	N	Boa Notícia	Má Notícia	Teste T	P-Valor	X ²	P-Valor
Econômica	865	72,3%	27,7%	20,66	<0,001		
Ambiental	269	50,6%	49,4%	0,26	0,797		
Social	286	59,4%	40,6%	4,59	<0,001	48,73	<0,001

Em resumo, os resultados obtidos com a análise de seletividade forneceram evidências de que a utilização de informações gráficas para a representação de notícias positivas foi

significativamente superior a utilização de informações gráficas para a representação de notícias negativas. Tais resultados podem ser considerados consistentes, uma vez que se mantiveram, em maior ou menor proporção, independente da segregação realizada com a amostra. Mesmo nos três casos onde diferenças encontradas não foram estatisticamente significantes (setor de materiais básicos, setor de bens industriais e informações ambientais), houve ligeira superioridade numérica de informações gráficas com boas notícias.

5.4. Análise da Distorção de Medidas

Para verificar a existência de gerenciamento de impressão por meio de distorção de medidas, foram calculados o Índice de Discrepância Gráfica (GDI) e o Índice de Discrepância Relativa de Gráficos (RGDI) para todas as informações com possibilidade de distorção. Em seguida, essas informações foram classificadas entre: (i) Informações Gráficas Materialmente Distorcidas para Melhor, (ii) Informações Gráficas Materialmente Distorcidas para Pior, e (iii) Informações Gráficas Não Distorcidas (Tabela 26).

Tabela 26 - Classificação das Distorção de Medidas

Índice	Não Distorcido	Para Melhor	Para Pior
GDI	526	479	415
RGDI	745	370	305

Na sequência, foram comparadas as frequências de informações gráficas materialmente distorcidas para melhor e para pior. Verificou-se que, independente do índice de discrepância utilizado, para cada informação gráfica materialmente distorcida para pior, apenas cerca de 1,2 foram materialmente distorcidas para melhor. Embora pequena, a diferença entre o número de distorções para melhor e para pior foi estatisticamente significativa, como demonstrado pelo Teste Binomial (Tabela 27).

Tabela 27 - Frequência de Distorção de Medidas

Índice	Seletividade	Frequência	Proporção	Binomial	P-Valor
GDI	Para Melhor	479	53,6%	3,03	0,003
	Para Pior	415	46,4%		
RGDI	Para Melhor	370	54,8%	3,54	<0,001
	Para Pior	305	45,2%		

Adicionalmente, foram comparadas as médias dos índices de discrepância calculados. Verificou-se que, tanto as informações gráficas distorcidas para melhor quanto as distorcidas para pior, apresentaram índices de discrepância semelhantes. As diferenças observadas não foram estatisticamente significantes, como demonstrado pelo Teste T (Tabela 28).

Tabela 28 - Média de Distorção de Medidas

Índice	Seletividade	Frequência	Média	Teste T	P-Valor
GDI	Para Melhor	479	1,306		
	Para Pior	415	1,317	-0,04	0,971
RGDI	Para Melhor	370	0,241		
	Para Pior	305	0,248	-0,08	0,933

Com a finalidade de verificar a consistência das diferenças observadas, a análise da presença de distorção de medidas foi segregada de acordo com as principais características da amostra: (i) classificação setorial das empresas, (ii) maturidade dos relatórios, (iii) completude dos relatórios, (iv) presença de asseguração externa nos relatórios, (v) posicionamento das informações gráficas, (vi) forma gráfica utilizada, e (vii) categoria das informações gráficas¹³.

A quantidade superior de informações gráficas materialmente distorcidas para melhor somente pôde ser observada em cinco dos sete setores analisados. Consistente com o resultado apresentado, as diferenças entre distorções para melhor e para pior foram pequenas, e sem significância nos setores de utilidade pública, materiais básicos e outros (Tabela 29).

Tabela 29 - Frequência Distorção de Medidas (GDI) versus Setor de Atuação

Setores	N	Para Melhor	Para Pior	Teste T	P-Valor	X ²	P-Valor
Utilidade Pública	191	47,1%	52,9%	-1,12	0,262		
Financeiro	190	57,9%	42,1%	3,11	0,002		
Materiais Básicos	277	52,0%	48,0%	0,93	0,351		
Construção e Transportes	75	61,3%	38,7%	2,83	0,005		
Bens de Consumo	86	59,3%	40,7%	2,47	0,015		
Bens Industriais	33	63,6%	36,4%	2,27	0,027		
Outros	42	40,5%	59,5%	-1,76	0,083	12,10	0,060

O resultado do Teste T indica se cada uma das diferenças observadas entre as proporções de distorções para melhor e para pior apresenta significância estatística. Já o resultado do Teste Qui-Quadrado (X²) indica se há ou não de correlação entre as duas variáveis, nesse caso: a proporção de distorções para melhor e a classificação setorial das empresas.

¹³ Embora apresentados apenas os resultados obtidos com o cálculo do GDI, resultados semelhantes foram obtidos com o cálculo do RGDI.

Também consistente com o resultado apresentado, não foram encontradas diferenças significativas entre as médias do GDI para informações distorcidas para melhor e para pior, em nenhum dos setores analisados (Tabela 30).

Tabela 30 - Média Distorções de Medidas (GDI) versus Setor de Atuação

Setores	N	Para Melhor	Para Pior	Teste T	P-Valor
Utilidade Pública	191	2,001	1,602	0,42	0,675
Financeiro	190	0,500	0,487	0,09	0,930
Materiais Básicos	277	1,478	1,792	-0,56	0,579
Construção e Transportes	75	0,578	0,388	1,24	0,220
Bens de Consumo	86	2,321	2,319	0,00	0,998
Bens Industriais	33	0,865	0,371	1,43	0,164
Outros	42	0,867	0,418	1,01	0,325

A proporção superior de informações gráficas materialmente distorcidas para melhor se manteve, independente da quantidade de publicações anteriores ao relatório analisado. Nesse caso, as diferenças observadas também foram pequenas, e não significativas em dois dos intervalos de maturidade. Apesar de observada uma redução na diferença entre as proporções de distorções para melhor e para pior nos relatórios divulgados por empresas mais experientes, essa associação não obteve significância estatística (Tabela 31).

Tabela 31 - Frequência Distorção de Medidas (GDI) versus Publicações Anteriores

Publicações Anteriores	N	Para Melhor	Para Pior	Teste T	P-Valor	X ²	P-Valor
Zero	22	77,3%	22,7%	4,22	<0,001		
1 ou 2	297	53,5%	46,5%	1,72	0,086		
3 ou 4	459	53,4%	46,6%	2,05	0,041		
5 ou mais	116	50,1%	49,9%	0,00	>0,999	5,57	0,134

Diferente dos resultados anteriores, foi encontrada diferença significativa entre as médias do GDI para informações distorcidas para melhor e para pior, nos relatórios que apresentavam uma ou duas publicações anteriores. As distorções para pior foram superiores às distorções para melhor (Tabela 32).

Tabela 32 - Média Distorção de Medidas (GDI) versus Publicações Anteriores

Publicações Anteriores	N	Para Melhor	Para Pior	Teste T	P-Valor
Zero	22	3,710	1,558	0,93	0,364
1 ou 2	297	0,722	1,771	-2,20	0,030
3 ou 4	459	1,117	0,871	0,91	0,365
5 ou mais	116	3,001	1,858	0,86	0,394

Foi possível observar uma quantidade superior de informações gráficas materialmente distorcidas para melhor, também entre os três níveis de aplicação ao modelo da *Global Reporting Initiative*. Assim como nos casos anteriores, as diferenças observadas foram pequenas e sem significância no caso dos relatórios de Nível B (Tabela 33).

Tabela 33 - Frequência Distorção de Medidas (GDI) versus Aplicação ao Modelo

Nível de Aplicação	N	Para Melhor	Para Pior	Teste T	P-Valor	X ²	P-Valor
A	497	53,1%	46,9%	1,97	0,049		
B	311	52,7%	47,3%	1,36	0,173		
C	86	59,3%	40,7%	2,47	0,015	1,26	0,531

Entretanto, os relatórios de Nível B foram os únicos que apresentaram diferença significativa entre as médias do GDI para informações distorcidas para melhor e para pior. Assim como nos relatórios com uma ou duas publicações anteriores, as distorções para pior também foram superiores às distorções para melhor (Tabela 34).

Tabela 34 - Média Distorção de Medidas (GDI) versus Aplicação ao Modelo

Nível de Aplicação	N	Para Melhor	Para Pior	Teste T	P-Valor
A	497	1,502	1,167	0,83	0,407
B	311	0,688	1,622	-2,09	0,038
C	86	2,277	1,026	1,54	0,129

Semelhante aos resultados encontrados no setor de utilidade pública e em outros setores, a predominância de informações gráficas materialmente distorcidas para melhor não pôde ser observada nos relatórios não submetidos a avaliação de grupos ou indivíduos independentes. Nesse caso, foi identificada uma associação significativa entre a submissão dos relatórios ao processo de asseguarção externa e a proporção de informações materialmente distorcidas para melhor presente nesses relatórios (Tabela 35).

Tabela 35 - Frequência Distorção de Medidas (GDI) versus Asseguarção Externa

Asseguarção Externa	N	Para Melhor	Para Pior	Teste T	P-Valor	X ²	P-Valor
Com Asseguarção	488	57,0%	43,0%	4,39	<0,001		
Sem Asseguarção	406	49,5%	50,5%	-0,28	0,779	4,96	0,026

Não foram encontradas diferenças significativas, em nenhum dos dois grupos, entre as médias do GDI para informações distorcidas para melhor e para pior (Tabela 36).

Tabela 36 - Média Distorção de Medidas (GDI) versus Asseguração Externa

Asseguração Externa	N	Para Melhor	Para Pior	Teste T	P-Valor
Com Asseguração	488	1,483	1,212	0,69	0,488
Sem Asseguração	406	1,061	1,423	-0,87	0,384

Com relação à localização, foi possível observar uma quantidade significativamente superior de informações gráficas materialmente distorcidas para melhor, somente entre as páginas iniciais e finais dos relatórios. Embora tenha sido identificada uma associação significativa entre o posicionamento das informações e a proporção de distorções para melhor identificada, não houve qualquer padrão de aumento ou redução da diferença entre distorções para melhor e para pior, em função da sequência de apresentação das informações (Tabela 37).

Tabela 37 - Frequência Distorção de Medidas (GDI) versus Posicionamento

Posicionamento	N	Para Melhor	Para Pior	Teste T	P-Valor	X²	P-Valor
Início	182	61,5%	38,5%	4,51	<0,001		
Início-Meio	433	47,8%	52,2%	-1,29	0,197		
Meio-Final	158	54,4%	45,6%	1,58	0,116		
Final	121	61,2%	38,8%	3,55	<0,001	13,27	0,004

Consistente com os resultados anteriormente apresentados, não foram encontradas diferenças significativas entre as médias do GDI para informações distorcidas para melhor e para pior, em nenhuma das quatro partes dos relatórios (Tabela 38).

Tabela 38 - Média Distorção de Medidas (GDI) versus Posicionamento

Posicionamento	N	Para Melhor	Para Pior	Teste T	P-Valor
Início	182	1,696	0,733	1,65	0,101
Início-Meio	433	1,226	1,251	-0,34	0,737
Meio-Final	158	1,429	2,261	-0,89	0,374
Final	121	0,797	0,573	1,06	0,291

Quanto à forma gráfica, apenas as informações representadas em colunas apresentaram uma quantidade significativamente superior de distorções para melhor. Pôde-se observar que, enquanto nas informações apresentadas em linhas, o número de distorções para melhor foi superior ao de distorções para pior, nas informações apresentadas em barras essa situação se inverteu, embora essas diferenças não tenham sido estatisticamente significantes (Tabela 39).

Tabela 39 - Frequência Distorção de Medidas (GDI) versus Forma Gráfica

Forma Gráfica	N	Para Melhor	Para Pior	Teste T	P-Valor	X²	P-Valor
Coluna	765	53,5%	46,5%	2,71	0,007		
Linha	107	56,1%	43,9%	1,78	0,076		
Barra	22	45,5%	54,5%	-0,59	0,557	0,86	0,652

Também não foram encontradas diferenças significativas entre as médias do GDI para informações distorcidas para melhor e para pior, em nenhuma das três formas (Tabela 40).

Tabela 40 - Média Distorção de Medidas (GDI) versus Forma Gráfica

Forma Gráfica	N	Para Melhor	Para Pior	Teste T	P-Valor
Coluna	765	1,293	1,373	-0,25	0,810
Linha	107	1,538	1,093	1,04	0,300
Barra	22	0,425	0,516	-0,43	0,672

Por fim, a quantidade superior de notícias positivas pôde ser observada apenas entre duas das três diferentes categorias de informações: econômicas e sociais. Foi possível observar entretanto, que no caso das informações ambientais, a proporção superior de distorções para pior não foi significativa (Tabela 41).

Tabela 41 - Frequência Distorção de Medidas (GDI) versus Categoria Informações

Categoria Informação	N	Para Melhor	Para Pior	Teste T	P-Valor	X²	P-Valor
Econômica	544	53,9%	46,1%	2,55	0,011		
Ambiental	169	48,5%	51,5%	-0,54	0,588		
Social	181	57,5%	42,5%	2,86	0,005	2,85	0,240

Semelhante a maioria dos resultados anteriores, não foram encontradas diferenças significativas entre as médias do GDI para informações distorcidas para melhor e para pior, em nenhuma das três categorias de informações (Tabela 42).

Tabela 42 - Média Distorção de Medidas (GDI) versus Categoria Informações

Categoria Informação	N	Para Melhor	Para Pior	Teste T	P-Valor
Econômica	544	1,445	1,262	0,47	0,639
Ambiental	169	1,243	1,734	-0,74	0,463
Social	181	0,965	1,022	-0,12	0,906

Em resumo, os resultados obtidos com a análise de distorção de medidas forneceram evidências de que há distorção material em aproximadamente 63% das informações gráficas

identificadas, de acordo com o cálculo do GDI. As quantidades de distorção para melhor e para pior foram bastante próximas, sendo o número de distorções para melhor ligeiramente superior ao número de distorções para pior. Entretanto, essa superioridade apresentou pouca consistência, uma vez que não se manteve em algumas das segregações realizadas com a amostra (setor de utilidade pública, outros setores, relatórios sem asseguração externa, informações localizadas entre o início e o meio do relatório, gráficos de barras e informações ambientais). Adicionalmente, não foi identificada qualquer evidência de que as distorções para melhor são feitas de forma mais acentuada, uma vez que não foram encontradas diferenças entre médias do GDI para informações distorcidas para melhor e para pior.

5.5. Combinação de Seletividade e Distorção de Medidas

Com a finalidade de identificar uma possível combinação entre as práticas de gerenciamento de impressão, foram comparadas as distorções de medidas em boas e más notícias¹⁴. A maioria das informações gráficas identificadas, independente de representarem notícias positivas ou negativas, apresentaram distorções materiais em suas medidas. Foi possível observar que a proporção de más notícias materialmente distorcidas foi significativamente superior a proporção de boas notícias materialmente distorcidas (Tabela 43).

Tabela 43 - Combinação de Práticas de Gerenciamento de Impressão (GDI)

Seletividade	N	Com Distorção	Sem Distorção	Teste T	P-Valor	X²	P-Valor
Boa Notícia	931	60,7%	39,3%	9,44	<0,001		
Má Notícia	489	67,3%	32,7%	11,51	<0,001	5,98	0,015

Com relação à direção das distorções identificadas, enquanto a maioria das informações gráficas utilizadas para a representação de boas notícias foi materialmente distorcida para melhor, a maioria das informações gráficas utilizadas para a representação de más notícias foi materialmente distorcida para pior. Esses resultados fornecem evidências de que as distorções identificadas foram, em sua maioria, utilizadas para dar destaque às informações apresentadas, sejam essas boas notícias ou más notícias (Tabela 44).

¹⁴ Embora apresentados apenas os resultados obtidos com o cálculo do GDI, resultados semelhantes foram obtidos com o cálculo do RGDI.

Tabela 44 - Frequência Distorção de Medidas (GDI) versus Seletividade Gráfica

Seletividade	N	Para Melhor	Para Pior	Teste T	P-Valor	X ²	P-Valor
Boa Notícia	565	58,1%	41,9%	5,48	<0,001		
Má Notícia	329	45,9%	54,1%	-2,11	0,035	12,35	<0,001

Por fim, quando analisadas as magnitudes das distorções, pôde-se confirmar a evidência acima, uma vez que, entre as informações gráficas utilizadas para a representação de boas notícias as distorções para melhor são feitas de forma mais acentuada, e já entre as informações gráficas utilizadas para a representação de más notícias as distorções para pior são mais discrepantes (Tabela 45).

Tabela 45 - Média Distorção de Medidas versus Seletividade Gráfica

Seletividade	N	Para Melhor	Para Pior	T-Test	P-Valor
Boa Notícia	565	1,656	0,728	2,48	0,014
Má Notícia	329	0,545	2,101	-3,63	<0,001

5.6. Discussão dos Resultados

Verificação 1 - As empresas brasileiras são seletivas na escolha dos gráficos apresentados em seus relatórios de sustentabilidade, utilizando-os para dar destaque às informações positivas relacionadas ao seu desempenho?

Os resultados obtidos com a análise de seletividade forneceram evidências de que a utilização de informações gráficas para a representação de boas notícias foi significativamente superior a utilização de informações gráficas para a representação de más notícias. Considerando a amostra completa foi observado que, para cada informação gráfica utilizada para a representação de uma má notícia aproximadamente duas foram utilizadas para a representação de boas notícias. Essa predominância se mostrou consistente, em maior ou menor proporção, independente da segregação realizada com a amostra. Os testes estatísticos empregados indicaram que a utilização de informações gráficas para a representação de boas notícias está associada ao setor de atuação das empresas, à maturidade e à completude dos relatórios de sustentabilidade analisados, ao posicionamento da informação gráfica nos relatórios, à forma gráfica utilizada para representar a informação e a categoria das informações gráficas.

Trabalhos anteriores que empregaram a mesma metodologia e analisaram relatórios da mesma natureza, obtiveram resultados semelhantes, encontrando que aproximadamente 75% dos gráficos presentes nos relatórios de sustentabilidade analisados representavam boas notícias para as organizações (JONES, 2011b; CHO *et al.*, 2012). Esses trabalhos afirmaram que os resultados obtidos em suas análises permitiram concluir claramente a existência de gerenciamento de impressão por meio de seletividade. Entretanto, apesar da similaridade dos resultados obtidos no presente trabalho, não se entendeu possível fornecer com segurança a mesma conclusão dos trabalhos anteriores, em razão de dois motivos: (i) limitação da metodologia utilizada e (ii) incompatibilidade dos resultados com a teoria da legitimidade.

Com relação à limitação da metodologia utilizada apresenta-se que, o levantamento e a classificação das informações gráficas presentes nos relatórios de sustentabilidade analisados permitiu observar apenas que o número de informações gráficas representando boas notícias foi superior ao número de informações gráficas representando más notícias. Esse resultado não permitiu afirmar com segurança a existência de uma escolha deliberada das organizações, como pressuposto nos casos de gerenciamento de impressão. A quantidade superior de informações gráficas representando boas notícias pode ser, por exemplo, consequência direta do bom desempenho obtido pelas organizações na maioria de seus indicadores, fazendo com que essas possuam efetivamente um número maior de boas notícias para serem apresentadas. Como colocado por Beattie e Jones (2008), há ainda a possibilidade de que essa seletividade seja inconsciente, resultado de um despreparo dos elaboradores dos relatórios.

Uma possível alternativa para dar maior robustez aos resultados encontrados, e assim permitir afirmar com maior segurança a existência de gerenciamento de impressão por meio de seletividade, seria a comparação da quantidade de boas e más notícias destacadas pelas organizações em formas gráficas com a quantidade total de boas e más notícias que as organizações divulgam. Essa comparação permitiria avaliar se foi proporcionalmente utilizado um número maior de informações gráficas para a representação de boas notícias comparado ao número utilizado para a representação de más notícias. Os resultados obtidos permitiriam definir com maior clareza, se a utilização superior de informações gráficas para a representação de boas notícias foi consequência do bom desempenho das organizações.

Outra possível alternativa para dar maior robustez aos resultados encontrados, seria a comparação da utilização de informações gráficas ao longo do tempo. Essa comparação

permitiria avaliar se as informações gráficas utilizadas para representar um determinado conjunto de dados são continuamente apresentadas nos relatórios de sustentabilidade, ou se essas aparecem apenas nos períodos onde os dados apresentados representam boas notícias, sendo omitidas ou reduzidas nos períodos de más notícias. Os resultados obtidos forneceriam evidências mais seguras de um comportamento consciente das organizações e de uma escolha deliberada pela utilização de informações gráficas para a representação de boas notícias.

A realização das análises adicionais mencionadas permitiriam associar com maior segurança, as evidências obtidas à existência de gerenciamento de impressão. Essas análises não puderam ser realizadas no presente trabalho, em virtude de limitações no escopo e na amostra adotada. Quanto à primeira sugestão, para apurar a quantidade total de boas e más notícias que as organizações divulgam, seria necessário o levantamento de todas as informações apresentadas nos relatórios, sejam essas representadas em gráficos ou em forma de textos, tabelas, figuras e outros. Esse levantamento estava além do escopo do presente trabalho, que se limitou a apurar as informações apresentadas em gráficos, e dessa forma não permitiu o conhecimento do total de informações divulgadas pelas organizações. Com relação à segunda sugestão, a amostra restrita de relatórios divulgados em um único ano não permitiu avaliar a evolução da utilização de informações gráficas ao longo do tempo.

Além dos pontos relacionados à limitação da metodologia utilizada, não se entende possível chegar a conclusão de existência de gerenciamento por meio de seletividade nos relatórios analisados, devido a incompatibilidade dos resultados com a teoria da legitimidade. Uma vez que as divulgações corporativas, dentre essas os relatórios de sustentabilidade, são meios de comunicação capazes de influenciar o processo de legitimação das organizações, torna-se incoerente associar a um comportamento deliberado, o fato de que aproximadamente um terço das informações gráficas identificadas foram utilizadas para dar destaque a informações negativas, ou más notícias. Vale ressaltar que, os trabalhos anteriores que forneceram essa conclusão não se basearam em nenhuma teoria para tentar explicar o comportamento das organizações (JONES, 2011b; CHO *et al.*, 2012).

Considerando o conceito de gerenciamento de impressão sob à luz da teoria da legitimidade, seria coerente esperar que as organizações destacassem em seus relatórios de sustentabilidade apenas informações positivas, uma vez que não há nenhuma exigência ou regulamentação que decreta o destaque de um conjunto específico de informações. Em outras palavras, esperava-

se que um percentual maior das informações gráficas identificadas, tivessem sido utilizadas para a representação de notícias positivas. Assim, corroborando o argumento anteriormente apresentado, entende-se que a elevada quantidade de informações gráficas utilizadas para a representação de más notícias não permite afirmar a existência de uma escolha deliberada das organizações, e conseqüentemente a existência de gerenciamento de impressão.

Em resumo, não se entendeu que as evidências de utilização superior de informações gráficas para a representação de boas notícias, demonstradas na seção dedicada a análise de seletividade gráfica, permitam afirmar a existência de gerenciamento de impressão nos relatórios de sustentabilidade analisados, uma vez que não se pode concluir de forma segura que essa é uma opção deliberada das organizações. Essa conclusão pode ser ainda reforçada pelos resultados obtidos na análise seguinte, referente à distorção de medidas físicas.

Verificação 2 - As empresas brasileiras distorcem as medidas físicas dos gráficos apresentados em seus relatórios de sustentabilidade, de forma a melhorar a apresentação de seus resultados, potencializando notícias positivas e ofuscando notícias negativas?

Os resultados obtidos com a análise de distorção de medidas forneceram evidências de que as organizações distorceram materialmente as medidas físicas de aproximadamente 63% de suas informações gráficas com possibilidade de distorção, de acordo com o cálculo do GDI. Considerando a amostra completa foi observado que, as quantidades de distorção para melhor e para pior foram bastante próximas, sendo o número de distorções para melhor ligeiramente superior ao número de distorções para pior. Entretanto, esses resultados apresentaram pouca consistência, variando em função da segregação realizada com a amostra. Os testes estatísticos empregados indicaram que a distorção de medidas físicas para melhor está relacionada ao fato do relatório ter sido ou não submetido à asseguuração externa e ao posicionamento das informações gráficas nos relatórios.

Com relação à quantidade de distorções foi observado que, de acordo com o cálculo do GDI, aproximadamente 54% das informações gráficas materialmente distorcidas apresentavam o resultado da empresa de forma melhor, potencializando boas notícias ou ofuscando más notícias. Já as outras 46% apresentavam o resultado da empresa de forma pior, ofuscando boas notícias ou potencializando más notícias. Os resultados obtidos com o cálculo do RGDI foram semelhantes, indicando que aproximadamente 55% das informações gráficas

materialmente distorcidas apresentavam o resultado da empresa de forma melhor e 45% apresentavam o resultado da empresa de forma pior.

Trabalhos anteriores que empregaram a mesma metodologia e analisaram relatórios da mesma natureza, obtiveram resultados semelhantes, encontrando que aproximadamente 60% das distorções identificadas nos gráficos presentes nos relatórios de sustentabilidade, melhoravam a apresentação dos resultados, tanto pelo cálculo do GDI quanto do RGDI (JONES, 2011b; CHO *et al.*, 2012). Esses trabalhos afirmaram que os resultados obtidos em suas análises permitiram concluir claramente a existência de gerenciamento de impressão por meio de distorção de medidas. Entretanto, apesar da similaridade dos resultados obtidos no presente trabalho, também não se entende possível fornecer a mesma conclusão dos trabalhos anteriores, basicamente em função da sua incompatibilidade com a teoria da legitimidade.

Em linha com o argumento fornecido na análise de seletividade apresenta-se que, uma vez que as divulgações corporativas, dentre essas os relatórios de sustentabilidade, são meios de comunicação capazes de influenciar o processo de legitimação, torna-se incoerente associar a um comportamento deliberado, o fato de que as organizações distorcem as medidas físicas de suas informações gráficas para piorar a apresentação de seu desempenho. Considerando o conceito de gerenciamento de impressão sob à luz da teoria da legitimidade, seria coerente esperar que as organizações se utilizassem da possibilidade de manipulação das medidas físicas de suas informações gráficas apenas para melhorar a apresentação de seu desempenho, uma vez que estão se arriscando na adoção de uma prática inadequada.

Assim, a pequena diferença observada entre o número de informações gráficas materialmente distorcidas para melhor e para pior, e principalmente a elevada quantidade de informações gráficas materialmente distorcidas para pior, não permite afirmar a existência de uma escolha consciente e deliberada das organizações, e conseqüentemente a existência de gerenciamento de impressão. De forma contrária, as evidências indicam com mais segurança que, as distorções identificadas são resultado de um despreparo ou desatenção dos elaboradores dos relatórios de sustentabilidade. Essa conclusão pode ser ainda reforçada quando observados dois outros pontos: a magnitude das distorções identificadas e a combinação das distorções de medidas com a seletividade gráfica.

Com relação à magnitude das distorções identificadas foi observado que, tanto as informações gráficas distorcidas para melhor quanto as informações gráficas distorcidas para pior apresentaram índices médios de discrepância iguais. Esse resultado indica que não houve qualquer preocupação por parte das empresas analisadas em apresentar de forma mais evidente as suas distorções para melhor, quando comparadas às suas distorções para pior, reforçando o argumento de não existência de um comportamento consciente ou deliberado. A igualdade dos índices médios de discrepância se manteve consistente para as duas medidas utilizadas e para quase todas as segregações realizadas com a amostra.

Quanto à combinação entre a distorção de medidas e a seletividade foi observado que, independente da medida de discrepância utilizada, a maioria das distorções encontradas foi utilizada para potencializar as notícias apresentadas, sejam essas boas notícias ou más notícias. Esse resultado reforça o argumento de que as evidências encontradas são resultantes de um despreparo ou desatenção dos elaboradores dos relatórios. Quando observadas as magnitudes, os resultados mencionados são assegurados, uma vez que, as distorções que potencializam boas notícias e más notícias são significativamente superiores às distorções que ofuscam boas notícias e más notícias.

Em resumo, as evidências de distorções de informações gráficas para melhor, demonstradas na seção dedicada a análise de distorção de medidas, não apontam para um comportamento deliberado das empresas e, conseqüentemente, não indicam a existência de gerenciamento de impressão nos relatórios de sustentabilidade analisados. Os resultados obtidos dão indicações mais seguras de que as distorções observadas são resultado de um despreparo ou desatenção dos elaboradores da informação.

Questão de Pesquisa - Os gráficos apresentados por empresas brasileiras em seus relatórios de sustentabilidade são utilizados como ferramentas para o gerenciamento de impressões, sendo empregados para melhorar a apresentação do desempenho dessas organizações e auxiliar em seu processo de legitimação?

Dados os resultados e argumentos expostos e considerando as limitações apresentadas, têm-se que, não foram encontradas evidências seguras de que os gráficos apresentados por empresas brasileiras em seus relatórios de sustentabilidade são utilizados como ferramentas para o gerenciamento de impressões e a obtenção de legitimidade organizacional.

6. CONCLUSÃO

Este trabalho procurou verificar se, à luz da teoria da legitimidade, os gráficos apresentados nos relatórios de sustentabilidade publicados por empresas brasileiras de capital aberto são utilizados como ferramentas para o gerenciamento de impressões, sendo empregados com o objetivo de melhorar a apresentação do desempenho real obtido por essas organizações e auxiliar em seu processo de legitimação. Para tanto, levantou-se um conjunto de relatórios preparados de acordo com as diretrizes propostas pela *Global Reporting Initiative* e publicados por empresas que atuam no Brasil e possuem suas ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo. A partir dos gráficos e das informações gráficas identificadas nesses relatórios buscou-se identificar a presença de duas das formas de gerenciamento de impressão trabalhadas na literatura abordada: a seletividade gráfica e a distorção de medidas físicas.

Com relação à seletividade, os resultados demonstraram que a utilização de informações gráficas para a representação de boas notícias foi significativamente superior a utilização de informações gráficas para a representação de más notícias. Considerando a amostra completa, para cada informação gráfica identificada com uma notícia negativa aproximadamente duas foram identificadas com notícias positivas. Enquanto trabalhos anteriores que empregaram a mesma metodologia, analisaram relatórios da mesma natureza e obtiveram resultados semelhantes concluíram a existência de gerenciamento de impressão por seletividade gráfica (JONES, 2011b; CHO *et al.*, 2012), não se entendeu possível no presente trabalho, afirmar com segurança, que a superioridade de informações gráficas com boas notícias representa uma preferência deliberada das organizações por dar destaque às suas notícias positivas.

Um dos pontos de questionamento em relação à conclusão fornecida nos trabalhos anteriores está no fato de que, a proporção superior de informações gráficas representando boas notícias pode ser, por exemplo, consequência direta do bom desempenho obtido pelas organizações na maioria de seus indicadores, fazendo com que essas possuam efetivamente um número maior de boas notícias para serem apresentadas. Além disso, uma vez que as divulgações corporativas são meios de comunicação capazes de influenciar o processo de legitimação das organizações (DEEGAN, 2002; O'DONOVAN, 2002), torna-se incoerente associar a um comportamento deliberado, o fato de que aproximadamente um terço das informações gráficas identificadas foram utilizadas para dar destaque às informações negativas.

Já com relação à distorção de medidas, os resultados demonstraram que as quantidades de distorção material de informações gráficas para melhor e para pior foram bastante próximas. Considerando a amostra completa, verificou-se que independente do índice de discrepância utilizado, para cada informação gráfica materialmente distorcida para pior, apenas cerca de 1,2 foram materialmente distorcidas para melhor. Assim como no caso da seletividade, enquanto trabalhos anteriores com resultados semelhantes concluíram a existência de gerenciamento de impressão por distorção de medidas (JONES, 2011b; CHO *et al.*, 2012), não se entendeu possível no presente trabalho, afirmar com segurança, que a pequena diferença entre o número de distorções para melhor e para pior, e principalmente a elevada quantidade de distorções para pior, representa uma preferência deliberada das organizações.

Nesse caso, o questionamento em relação à conclusão fornecida nos trabalhos anteriores está na sua incompatibilidade com a teoria da legitimidade. Em linha com o argumento fornecido para os resultados da seletividade, uma vez que as divulgações corporativas são meios de comunicação capazes de influenciar o processo de legitimação (DEEGAN, 2002; O'DONOVAN, 2002), torna-se incoerente associar a um comportamento deliberado, o fato de que as organizações distorcem as medidas físicas de suas informações gráficas para piorar a apresentação de seu desempenho. Como proposto por Beattie e Jones (2008), as evidências conduzem com maior segurança, para a interpretação de que as distorções identificadas são resultado de um despreparo ou desatenção dos elaboradores dos relatórios de sustentabilidade.

Cabe ressaltar ainda, que a conclusão da existência de gerenciamento de impressões por meio do uso de gráficos, implica na aceitação da existência de um grande alinhamento entre a alta direção e as demais áreas responsáveis pela preparação e divulgação dos relatórios de sustentabilidade. Para o caso em questão seria necessário, por exemplo, que a administração de cúpula decidisse quais informações deveriam ser gerenciadas de acordo com a estratégia da organização, para que as áreas responsáveis pela preparação do material (por vezes empresas terceirizadas) pudessem sugerir a utilização ou não de gráficos e a distorção ou não das medidas físicas dos mesmos. Entretanto, tal nível de coordenação de atividades não pode ser assumido sem um estudo detalhado do processo de geração dos relatórios.

Dessa forma, dados os resultados e os argumentos apresentados, não foram encontradas evidências seguras de que os gráficos apresentados por empresas brasileiras em seus

relatórios de sustentabilidade são utilizados como ferramentas para o gerenciamento de impressões e utilizados para auxiliar na obtenção de legitimidade organizacional.

Sugere-se para futuras pesquisas, o aprimoramento da metodologia empregada na análise da seletividade gráfica, tanto pela comparação entre a utilização de gráficos e o real desempenho da organização, quanto pela observação longitudinal da utilização de gráficos em relatórios corporativos. Alternativamente, sugere-se a adoção de métodos que permitam maior aproximação com os responsáveis pela elaboração dos relatórios de sustentabilidade, de modo que seja possível avaliar com maior profundidade se a seletividade e as distorções percebidas são resultados de uma preferência deliberada ou de um despreparo desses responsáveis.

REFERÊNCIAS

- AERTS, W.; CORMIER, D.; MAGNAN, M. Intra-industry imitation in corporate environmental reporting: an international perspective. **Journal of Accounting and Public Policy**, v. 25, p. 299-331, 2006.
- AERTS, W.; CORMIER, D. Media legitimacy and corporate environmental communication. **Accounting, Organization and Society**, v. 34, p. 1-27, 2009.
- ANNANDALE, D.; MORRISON-SAUNDERS, A. BOUMA, G. The impact of voluntary environmental protection instruments on company environmental performance. **Business Strategy and the Environment**, v. 13, n. 1, p. 1-12.
- ARUNACHALAM, V.; PEI, B. K. W.; STEINBART, P. J. Impression management with graphs: effects on choices. **Journal of Information Systems**, v. 16, n. 2, p. 183-202, 2002.
- BEATTIE, V.; DHANANI, A.; JONES, M. J. Investigating presentational change in UK annual reports: a longitudinal study. **Journal of Business Communication**, v. 45, n. 2, p. 181-222, 2008.
- BEATTIE, V.; JONES, M. J. The use and abuse of graphs in annual reports: a theoretical framework and empirical study. **Accounting and Business Research**, v. 22, n. 88, p. 291-303, 1992.
- BEATTIE, V.; JONES, M. J. A comparative study of the use of financial graphs in the corporate annual reports of major US and UK companies. **Journal of International Financial Management and Accounting**, v. 8, n. 1, p. 33-68, 1997.
- BEATTIE, V.; JONES, M. J. Australian financial graphs: an empirical study. **Abacus**, v. 35, n. 1, p. 46-76, 1999.
- BEATTIE, V.; JONES, M. J. Changing graph use in corporate annual reports: a time series analysis. **Contemporary Accounting Research**, v. 17, n. 2, p. 213-226, 2000a.
- BEATTIE, V.; JONES, M. J. Impression management: the case of intercountry financial graphs. **Journal of International Accounting, Auditing and Taxation**, v. 9, n. 2, p. 159-183, 2000b.
- BEATTIE, V.; JONES, M. J. A six country comparison of the use of graphs in annual reports. **The International Journal of Accounting**, v. 36, p. 195-222, 2001.
- BEATTIE, V.; JONES, M. J. Measurement distortion of graphs in corporate reports: an experimental study. **Accounting Auditing and Accountability Journal**, v. 15, n. 4, p. 546-564, 2002.
- BEATTIE, V.; JONES, M. J. Corporate reporting using graphs: a review and synthesis. **Journal of Accounting Literature**, v. 27, p. 71-110, 2008.

BRANCO, M. C.; RODRIGUES, L. L. Communication of corporate social responsibility by portuguese banks: a legitimacy theory perspective. **Corporate Communications: An International Journal**, v. 11, n. 3, p. 232-248, 2006.

BROWN, N.; DEEGAN, C. The public disclosure of environmental performance information: a dual test of media agenda setting theory and legitimacy theory. **Accounting and Business Research**, v. 29, n. 1, p. 21-41, 1998.

BUHR, N.; FREEDMAN, M. Culture, institutional factors and differences in environmental disclosure between Canada and United States. **Critical Perspectives on Accounting**, v. 12, p. 293-322, 2001.

CAMPBELL, D.; SLACK, R. Environmental disclosure and environmental risk: sceptical attitudes of UK sell-side bank analysts. **The British Accounting Review**, v. 43, p. 54-64, 2011.

CARROLL, A. B. The pyramid of corporate social responsibility: toward the moral management of organizational stakeholders. **Business Horizons**, v. 34, n. 4, p. 39-48, 1991.

CASTRO, F. A. R.; SIQUEIRA, J. R. M.; MACEDO, M. A. S. Análise da utilização dos indicadores essenciais da versão "G3", da Global Reporting Initiative, nos relatórios de sustentabilidade das empresas do setor de energia elétrica sul americano. **Revista de Informação Contábil**, v. 4, n. 4, p. 83-102, 2010.

CHO, C. H.; MICHELON, G.; PATTEN, D. M. Enhancement and obfuscation through the use of graphs in sustainability reports: an international comparison. **Sustainability Accounting, Management and Policy Journal**, v. 3, n. 1, p. 74-88, 2012.

CHO, C. H.; PATTEN, D. M. The role of environmental disclosure as tools of legitimacy: a research note. **Accounting, Organizations and Society**, v. 32, p. 639-647, 2007.

CHO, C. H.; ROBERTS, R. W.; PATTEN, D. M. The language of US corporate environmental disclosure. **Accounting, Organizations and Society**, v. 35, p. 431-443, 2010.

CINTRA, Y. C. **A integração da sustentabilidade às práticas de controle gerencial das empresas no Brasil**. 198 p. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

CLARKSON, M. B. E. A Stakeholder framework for analysing and evaluating corporate social performance. **Academy of Management Review**, v. 20, n. 1, p. 92-117, 1995.

CLARKSON, P. M.; Li, Y.; Richardson, G. D.; Vasvari, F. P. Revisiting the relation between environmental performance and environmental disclosure: an empirical analysis. **Accounting, Organizations and Society**, v. 33, p. 303-327, 2008.

DE VILLIERS, C.; VAN STADEN, C. J. Can less environmental disclosure have a legitimizing effect? evidence from Africa. **Accounting, Organizations and Society**, v. 31, n. 8, p. 763-781, 2006.

DEEGAN, C. The legitimizing effect of social and environmental disclosures: a theoretical foundation. **Accounting, Auditing and Accountability Journal**, v. 15, n. 3, p. 282-311, 2002.

DIAS, L. N. S. Análise da utilização dos indicadores do Global Reporting Initiative nos relatórios sociais de empresas brasileiras. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - Faculdade de Administração e Ciências Contábeis, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

DONALDSON, T.; PRESTON, L. E. The stakeholder theory of the corporation: concepts, evidence, and implications. **Academy of Management Review**, v. 20, n. 1, p. 65-91, 1995.

DOWLING, J.; PFEFFER, J. Organization legitimacy: social values and organizational behavior. **The Pacific Sociological Review**, v. 18, n. 1, p. 122-136, 1975.

DOWDY, S.; Wearden, S.; Chilko, D. **Statistics for Research**. New Jersey: John Wiley and Sons, 2004.

FARIAS, K. T. R. **A relação entre divulgação ambiental, desempenho ambiental e desempenho econômico nas empresas brasileiras de capital aberto: uma pesquisa utilizando equações simultâneas**. 189 p. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2008.

FREEMAN, R. E. **Strategic management: a stakeholder approach**. Boston: Pitman, 1984.

FREEMAN, R. E.; WICKS, A. C.; PARMAR, B. Stakeholder theory and the corporate objective revisited. **Organization Science**, v. 15, n. 3, p. 364-369, 2004.

FROWNELTER-LOHRKE, C.; FULKERSON, C. L. The incidence and quality of graphics in annual reports: an international comparison. **The Journal of Business Communication**, v. 38, p. 337-357, 2001.

GAO, S. S.; HERAVI, S.; XIAO, J. Z. Determinants of corporate social and environmental reporting in Hong Kong: a research note. **Accounting Forum**, v. 29, p. 233-242, 2005.

GODFREY, J.; MATHER, P.; RAMSAY, A. Earnings and impression management in financial reports: the case of CEO changes. **Abacus**, v. 39, n. 1, p. 95-123, 2003.

GRAY, R.; KOUHY, R.; LAVERS, S. Corporate social and environmental reporting: a review of the literature and a longitudinal study of UK disclosure. **Accounting, Auditing and Accountability Journal**, v. 8, n. 2, p. 47-77, 1995.

GRI - Global Reporting Initiative. **Níveis de Aplicação da GRI**, 2006. Disponível em: <https://www.globalreporting.org/resourcelibrary/Brazil-Portuguese-G3-Application-Levels.pdf>. Acesso em: 25/04/2011.

GRI - Global Reporting Initiative. Sustainability Disclosure Database. Disponível em: <http://database.globalreporting.org/>. Acesso em: 19/10/2012.

GUTHRIE, J.; PARKER, L. D. Corporate social disclosure practice: a comparative international analysis. **Advances in Public Interest Accounting**, v. 3, n. 8, p. 195-214, 1990.

HANIFFA, R. M.; COOKE, T. E. The impact of culture and governance on corporate social reporting. **Journal of Accounting and Public Policy**, v. 24, p. 391-430, 2005.

HASSELDINE, J.; SALAMA, A. I.; TOMS, J. S. Quantity versus quality: the impact of environmental disclosure on the reputation of UK Plcs. **The British Accounting Review**, v. 37, p. 231-248, 2004.

HOLLAND, L.; FOO, Y. B. Differences in environmental reporting practices in the UK and the US: the legal and regulatory context. **The British Accounting Review**, v. 35, p. 1-18, 2003.

HOLM, C.; Rikhardsson, P. Experienced and novice investors: does environmental information influence investment allocation decisions?. **European Accounting Review**, v. 13, n. 3, p. 537-557.

ISLAM, M.; DEEGAN, C. Motivations for an organisation within a developing country to report social responsibility information: evidence from bangladesh. **Accounting, Auditing and Accountability Journal**, v. 21, n. 6, p. 850-874, 2007.

JONES, M. J. **Creative accounting, frauds and international accounting scandals**. England: John Wiley and Sons Ltd, 2011a.

JONES, M. J. The nature, use and impression management of graphs in social and environmental accounting. **Accounting Forum**, v. 35, n. 2, p. 75-89, 2011b.

KPMG. **KPMG international survey of corporate responsibility reporting 2005**, 2005. Disponível em: http://www.kpmg.de/docs/CSR_Reporting_2005.pdf. Acesso em: 03/05/2012.

KPMG. **KPMG international survey of corporate responsibility reporting 2008**, 2008. Disponível em: http://www.kpmg.com/EU/en/Documents/KPMG_International_survey_Corporate_responsibility_Survey_Reporting_2008.pdf. Acesso em: 03/05/2012.

KPMG. **KPMG international survey of corporate responsibility reporting 2011**, 2011. Disponível em: <http://www.kpmg.com/PT/pt/IssuesAndInsights/Documents/corporate-responsibility2011.pdf>. Acesso em: 03/05/2012.

LEARY, M. R.; KOWALSKY, R. M. Impression management: a literature review and two component model. **Psychological Bulletin**, v. 107, n. 1, p. 34-47, 1990.

LINDBLOM, C. K. The implications of organizational legitimacy for corporate social performance and disclosure. In: *Critical Perspectives on Accounting Conference*. New York, 1994.

MAHADEO, J. D.; OOGARAH-HANUMAN, V.; SOOBAROYEN, T. Changes in social and environmental reporting practices in an emerging economy (2004-2007): exploring the relevance of stakeholder and legitimacy theories. **Accounting Forum**, v. 35, n. 3, p. 158-175, 2011.

MATHER, D.; MATHER, P.; RAMSAY, A. An investigation into the measurement of graph distortion in financial reports. **Accounting and Business Research**, v. 35, n. 2, p. 147-159, 2005.

MATHER, P.; RAMSAY, A.; SERRY, A. The use and representational faithfulness of graphs in annual reports: australian evidence. **Australian Accounting Review**, v. 6, n. 2, p. 56-63, 1996.

MATHER, P.; RAMSAY, A.; STEEN, A. The use and representational faithfulness of graphs in australian IPO prospectuses. **Accounting, Auditing and Accountability Journal**, v. 13, n. 1, p. 65-83, 2000.

MENDONÇA, J. R. C.; AMANTINO-DE-ANDRADE, J. Gerenciamento de impressões: em busca da legitimidade organizacional. **Revista de Administração de Empresas**, v. 43, n. 1, p. 36-48, 2003.

MERKYL-DAVIES, D. M.; BRENNAN, N. Discretionary disclosure strategies in corporate narratives: incremental information or impression management. **Journal of Accounting Literature**, v. 26, p. 116-194, 2007.

MEYER, J. W.; SCOTT, R. W. **Organizational environments: ritual and rationality**, London: Sage: 1983.

MIRANDA, L. C.; VIEIRA, A. S.; LAGIOIA, U. C. T.; VASCONCELOS, M. T. C. Utilização de gráficos em demonstrações contábeis. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**, v. 2, n. 3, p. 16-35, 2008.

MITCHELL, R. K.; AGLE, B. R.; WOOD, D. J. Toward a theory of stakeholder identification and salience: defining the principle of the who and what really count. **Academy of Management Review**, v. 22, n. 4, p. 853-886, 1997.

MOBUS, J. L. Mandatory environmental disclosures in a legitimacy theory context. **Accounting, Auditing and Accountability Journal**, v. 18, n. 4, p. 492-517, 2005.

MOHAMED, A. A.; GARDNER, W. L.; PAOLILLO, J. G. P. A taxonomy of organizational impression management tactics. **Advances in Competitiveness Research**, v. 7, n. 1, p. 108-130, 1999.

MORISUE, H. M. M.; RIBEIRO, M. S.; PENTEADO, I. A. M. A evolução dos relatórios de sustentabilidade de empresas brasileiras do setor de energia elétrica. **Contabilidade Vista e Revista**, v. 23, n. 1, p. 165-196, 2012.

MUELLER, A. **A utilização dos indicadores de responsabilidade social corporativa e sua relação com os stakeholders**. 201 p. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Centro Tecnológico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

MURCIA, F. D. R.; MURCIA, F. C. S.; DILL, R. P.; COSTA, N. Impacto do Nível de Disclosure Corporativo na Volatilidade das Ações de Companhias Abertas no Brasil. **Revista de Economia e Administração**, v. 10, p. 196-218, 2011.

MURRAY, A.; SINCLAIR, D.; POWER, D.; GRAY, R. Do financial markets care about social and environmental disclosure? Further evidence and exploration from the UK. **Accounting, Auditing and Accountability Journal**, v. 19, n. 2, p. 228-255, 2006.

NASCIMENTO, M. D.; RODRIGUES, F. F.; ALBUQUERQUE, P. H. M.; SILVA, C. H. T. Gerenciamento da apresentação: uma análise da utilização de gráficos nos relatórios da administração. **Revista Universo Contábil**, v. 9, n. 1, p. 46-64, 2013.

NISKALA, M.; PRETES, M. Environmental reporting in finland: a note on the use of annual reports. **Accounting, Organizations and Society**, v. 20, n. 6, p. 457-466, 1995.

O'DONOVAN, G. Environmental disclosures in the annual report: extending the applicability and predictive power of legitimacy theory. **Accounting, Auditing and Accountability Journal**, v. 15, n. 3, p. 344-371, 2002.

OLIVEIRA, A. E. M.; BARBIERI, J. C. Inovação nos sistemas de gestão de desempenho das empresas sustentáveis. **Anais do XXXI Encontro Nacional da ANPAD**. Rio de Janeiro, 2007.

ONU - Organização das Nações Unidas. Relatório da comissão mundial sobre meio ambiente e desenvolvimento. **Nosso Futuro Comum**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.

PATTEN, D. M. Intra-industry environmental disclosures in response to the Alaskan oil spill: a note on legitimacy theory. **Accounting, Organizations and Society**, v. 17, n. 5, p. 471-475, 1992.

PATTEN, D. M. The relation between environmental performance and environmental disclosure: a research note. **Accounting, Organizations and Society**, v. 27, p. 763-773, 2002.

SHOCKER, A. D.; SETHI, S. P. An approach to incorporating social preferences in developing action strategies. **California Management Review**, v. 15, n. 4, p. 97-105, 1973.

STEINBART, P. J. The auditor's responsibility for the accuracy of graphs in annual reports: some evidence of the need for additional guidance. **Accounting Horizons**, v. 3, n. 3, p. 60-70, 1989.

STERNBERG, E. **The stakeholder concept: a mistaken doctrine**. London: Foundation for Business Responsibilities, 1999.

STEVENSON, W. J. **Estatística aplicada à administração**. São Paulo: Harbra, 1981.

SUCHMAN, M. C. Managing legitimacy: strategic and institutional approaches. **Academy of Management Review**, v. 20, n. 3, p. 571-610, 1995.

TAYLOR, B. G.; ANDERSON, L. K. Misleading graphs: guidelines for the accountant. **Journal of Accountancy**, v. 162, n. 4, p. 126-135, 1986.

VEIGA, J. E. O principal desafio do século XXI. **Revista Ciência e Cultura**, v. 57, n. 2, p. 4-5, 2005.

WARTICK, S. L.; MAHON, J. F. Toward a substantive definition of the corporate issue construct: a review and synthesis of the literature. **Business and Society**, v. 33, p. 293-311, 1994.

WISEMAN, J. An evaluation of environmental disclosures made in corporate annual reports. **Accounting, Organizations and Society**, v. 7, n. 1, p. 53-63, 1982.

APÊNDICE 1 - LISTA DE EMPRESAS ANALISADAS

Empresa	Setor Econômico	Relatórios Ant.	Aplicação	Asseguração	Páginas	Gráficos	Informações
AES ELPA	Utilidade Pública	4	B	Não Apresenta	123	15	63
AES TIETE	Utilidade Pública	2	C	Não Apresenta	91	13	39
AMPLA ENERG	Utilidade Pública	5	A	Não Apresenta	187	42	130
NORD BRASIL	Financeiro	1	C	Não Apresenta	142	7	27
BICBANCO	Financeiro	1	B	Apresenta	92	15	32
BMFBOVESPA	Financeiro	1	B	Não Apresenta	139	29	109
BRADESCO	Financeiro	4	A	Apresenta	60	23	39
BRASIL	Financeiro	4	A	Apresenta	198	61	157
BRASKEM	Materiais Básicos	1	B	Apresenta	122	27	80
BRF FOODS	Bens de Consumo	1	B	Não Apresenta	66	38	138
CELPE	Utilidade Pública	1	C	Não Apresenta	96	9	23
CELUL IRANI	Materiais Básicos	4	A	Apresenta	137	78	237
CEMIG DIST	Utilidade Pública	4	A	Apresenta	156	39	84
CESP	Utilidade Pública	1	C	Não Apresenta	76	9	23
COELCE	Utilidade Pública	5	A	Não Apresenta	213	32	119
COPEL	Utilidade Pública	5	A	Não Apresenta	324	4	11
DURATEX	Materiais Básicos	3	A	Não Apresenta	174	16	49
ECORODOVIAS	Construção e Transporte	3	C	Não Apresenta	128	8	18
ELEKEIROZ	Materiais Básicos	1	B	Não Apresenta	124	14	37
ELEKTRO	Utilidade Pública	4	B	Não Apresenta	181	15	40
EMBRAER	Bens Industriais	2	B	Não Apresenta	206	26	80
ENERGIA BR	Utilidade Pública	4	A	Apresenta	150	29	65
ETERNIT	Construção e Transporte	3	B	Não Apresenta	156	25	73
EVEN	Construção e Transporte	2	B	Apresenta	83	8	34
FIBRIA	Materiais Básicos	1	B	Apresenta	188	18	87

Empresa	Setor Econômico	Relatórios Ant.	Aplicação	Asseguração	Páginas	Gráficos	Informações
FLEURY	Bens de Consumo	0	C	Apresenta	138	20	62
CC DES IMOB	Construção e Transporte	1	B	Não apresenta	163	35	62
CPFL ENERGIA	Utilidade Pública	8	A	Não apresenta	181	9	41
INDS ROMI	Bens Industriais	1	B	Não apresenta	156	19	45
ITAUSA	Financeiro	1	B	Não apresenta	89	14	35
ITAUTEC	Outros	3	B	Não apresenta	126	56	146
ITAUUNIBANCO	Financeiro	2	A	Apresenta	156	20	47
KLABIN SA	Materiais Básicos	0	C	Apresenta	83	33	98
LATAM AIRLN	Construção e Transporte	1	C	Não apresenta	130	22	126
LOJAS RENNER	Bens de Consumo	0	C	Não apresenta	88	14	40
MENDES JR	Construção e Transporte	1	C	Não apresenta	141	2	5
NATURA	Bens de Consumo	11	A	Apresenta	114	22	23
PETROBRAS	Outros	9	A	Apresenta	112	21	60
RANDON PART	Bens Industriais	2	B	Apresenta	143	19	65
REDECARD	Financeiro	1	B	Apresenta	104	14	41
SABESP	Utilidade Pública	3	B	Não apresenta	114	6	10
SANTANDER BR	Financeiro	3	A	Apresenta	70	19	87
SUL AMERICA	Financeiro	2	B	Não apresenta	198	26	75
SUZANO	Materiais Básicos	5	C	Apresenta	160	18	53
TECNISA	Construção e Transporte	2	C	Não apresenta	76	16	35
TIM PART SA	Outros	2	B	Apresenta	76	8	34
TRACTEBEL	Utilidade Pública	3	A	Apresenta	251	47	109
USIMINAS	Materiais Básicos	3	A	Apresenta	171	16	66